



Literacia Financeira de Gestores e Empresários

Mestrado em Controlo de Gestão

Alexandre Santos Gonçalves

Leiria, setembro de 2025



Literacia Financeira de Gestores e Empresários

Mestrado em Controlo de Gestão

Alexandre Santos Gonçalves

Dissertação realizada sob a orientação da Professora Doutora Inês Margarida Cadima
Lisboa e da Professora Doutora Magali Pedro Costa.

Leiria, setembro de 2025

Originalidade e Direitos de Autor

A presente dissertação é original, elaborada unicamente para este fim, tendo sido devidamente citados todos os autores cujos estudos e publicações contribuíram para a elaborar.

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição de que seja mencionado o Autor e feita referência ao ciclo de estudos no âmbito do qual o mesmo foi realizado, a saber, Curso de Mestrado em Controlo de Gestão, no ano letivo 2024/2025, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, Portugal, e, bem assim, à data das provas públicas que visaram a avaliação destes trabalhos.

Dedicatória

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis da minha trajetória acadêmica. Este trabalho é dedicado a eles.

Agradecimentos

Quero deixar um profundo agradecimento a todos os que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a concretização desta etapa da minha formação académica. A todos aqueles que, com a sua colaboração, compreensão, apoio, motivação, força e amizade, me ajudaram a acreditar e a realizar esta dissertação de Mestrado, expresso o meu sincero reconhecimento.

Um especial agradecimento à minha mãe e ao meu pai, por toda a amizade, motivação, colaboração e apoio incondicional nesta e em todas as fases da minha vida. Estendo também a minha gratidão à minha irmã, aos meus avós e à restante família.

À minha orientadora, Professora Doutora Magali Pedro Costa, manifesto a minha profunda gratidão pelo apoio constante, pela disponibilidade e pelas valiosas sugestões que muito contribuíram para a realização desta dissertação. À minha coorientadora, Professora Doutora Inês Margarida Cadima Lisboa, expresso igualmente o meu sincero agradecimento pela orientação, acompanhamento e contributos prestados ao longo deste trabalho.

Ao Bruno, à Inês e à Beatriz, agradeço o companheirismo e a partilha ao longo deste percurso. A todos os meus amigos, deixo igualmente o meu reconhecimento pela amizade e pelo incentivo que me motivaram a concluir esta etapa da minha vida académica.

Por fim, expresso um agradecimento especial a todos os inquiridos que colaboraram no estudo, cuja participação foi essencial para a obtenção dos resultados apresentados.

Resumo

As micro, Pequenas e Médias Empresas (PME) representam a esmagadora maioria do tecido empresarial português, desempenhando um papel central na criação de emprego e no crescimento económico. Neste contexto, a literacia financeira assume-se como um recurso estratégico, permitindo reforçar a sustentabilidade, enfrentar desafios de gestão e aumentar a resiliência em cenários de incerteza.

Este estudo avalia o nível de literacia financeira dos gestores e empresários de micro e PME do distrito de Leiria e como fatores sociodemográficos se relacionam com o nível de literacia financeira. Para tal, foi aplicado um questionário estruturado em quatro dimensões: perfil sociodemográfico, inclusão financeira e gestão de contas bancárias, planeamento financeiro e tesouraria, e compreensão de conceitos financeiros fundamentais.

Os resultados revelam um nível elevado de literacia, traduzido no acompanhamento regular das contas bancárias e no uso de instrumentos básicos de planeamento. Contudo, persistem lacunas em áreas técnicas, como juros compostos e demonstrações financeiras, bem como fraca diversificação de produtos de financiamento e práticas de sustentabilidade. A análise estatística indica que as habilitações literárias e a existência de formação específica na área económico-financeira impactam o nível de literacia financeira, já o género e a idade não apresentam um impacto significativo.

Conclui-se que os gestores demonstram competências relevantes para a gestão quotidiana; contudo, o nível de literacia financeira identificado pode não ser suficiente para sustentar, de forma consistente, uma estratégia orientada para a competitividade, a inovação e a sustentabilidade. O estudo contribui com evidência empírica atualizada e reforça a necessidade de programas de educação financeira adaptados às micro e PME portuguesas.

Palavras-chave: literacia financeira, PME, gestores, planeamento financeiro, sustentabilidade

Abstract

Micro, Small, and Medium-sized Enterprises (SMEs) represent the overwhelming majority of the Portuguese firms, playing a central role in job creation and economic growth. In this context, financial literacy emerges as a strategic resource, enabling firms to strengthen sustainability, address management challenges, and enhance resilience in uncertain environments.

This study assesses the level of financial literacy of managers and entrepreneurs of micro and SMEs in the district of Leiria and examines how sociodemographic factors are related with financial literacy levels. For this purpose, a structured questionnaire was applied, covering four dimensions: sociodemographic profile, financial inclusion and bank account management, financial planning and treasury, and understanding of fundamental financial concepts.

The results reveal a high level of literacy, reflected in the regular monitoring of bank accounts and the use of basic planning tools. However, gaps remain in technical areas such as compound interest and financial statements, as well as limited diversification of financing products and sustainability practices. Statistical analysis indicates that educational qualifications and specific training in the economic-financial field influence literacy levels, whereas gender and age do not show a significant impact.

It is concluded that managers demonstrate relevant skills for day-to-day management; however, the identified level of financial literacy may not be sufficient to consistently sustain a strategy oriented towards competitiveness, innovation, and sustainability. The study provides updated empirical evidence and reinforces the need for financial education programs tailored to Portuguese micro and small enterprises.

Keywords: financial literacy, SMEs, managers, financial planning, sustainability

Índice

Originalidade e Direitos de Autor.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Lista de Figuras.....	x
Lista de tabelas.....	xi
Lista de siglas e acrónimos.....	xii
1. Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	3
2.1. A literacia Financeira.....	3
2.1.1. Conceito e importância.....	3
2.1.2. Como medir a literacia financeira.....	6
2.1.3. A literacia financeira nos diferentes países.....	8
2.1.4. Literacia financeira em Portugal.....	9
3. Metodologia.....	13
3.1. Recolha de dados.....	13
3.2. Tratamento dos Dados.....	21
4. Análise de Resultados.....	23
4.1. Caracterização da amostra.....	23
4.2. Inclusão financeira e gestão de contas bancárias.....	27
4.3. Planeamento financeiro e gestão de tesouraria.....	30
4.4. Compreensão financeira.....	35

4.5. Recodificação de variáveis	38
4.6. Comparação de variáveis.....	42
5. Conclusão	49
Referências Bibliográficas	53
Anexos.....	57

Lista de Figuras

Figura 1 - Preferências por temas económicos: comparação dos anos 2015 e 2020	10
Figura 2 - Género dos respondentes.....	23
Figura 3 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária.....	24
Figura 4 - Distribuição dos empresários por setor de atividade	25
Figura 5 - Frequência de controlo da conta bancária	27
Figura 6 - Conhecimento dos produtos financeiros e a sua utilização nas empresas	29
Figura 7 - Diferentes formas de escolha de produtos ou serviços financeiros pelos gestores e empresários ...	30
Figura 8 - Sistemas de controlo financeiro utilizados pelos empresários.....	32
Figura 9 - Frequência de utilização de produtos financeiros pelos gestores e empresários	33
Figura 10 - Atitudes Empresariais perante a Gestão Económica, Social e Ambiental	35
Figura 11 - Preferências de alocação de poupança dos gestores e empresários	36
Figura 12 - Perceção sobre a Demonstração Financeira mais representativa.....	38
Figura 13 - Níveis de Literacia Financeira divididos em categorias	40
Figura 14 - Distribuição de acertos às questões	41
Figura 15 - Distribuição das respostas corretas por faixa etária (boxplot).....	45

Lista de tabelas

Tabela 1 - Volume de negócios das empresas em 2024	26
Tabela 2 - Estatísticas descritivas relativas ao ano de início de atividade dos empresários inquiridos	26
Tabela 3 - Estatísticas de fiabilidade (Alfa de Cronbach)	39
Tabela 4 - Estatísticas descritivas – nº de respostas corretas	42
Tabela 5 - Matriz de correlação de Spearman	43
Tabela 6 - Relação entre género e literacia financeira	44
Tabela 7 - Resultados da ANOVA: Número de respostas corretas por faixa etária	45
Tabela 8 - Resultados do teste do qui-quadrado entre habilitações e literacia financeira	47
Tabela 9 - Associação entre formação específica e níveis de literacia financeira	48

Lista de siglas e acrónimos

ACILIS	Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria
CEFAMOL	Associação Nacional da Indústria de Moldes
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFE	<i>International Network on Financial Education</i>
NERLEI	Associação Empresarial da Região de Leiria
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
SABI	Sistema de análise de balanços ibéricos
SBDC	<i>Small Business Development Centers</i>
TAEG	Taxa Anual Efetiva Global
UE	União Europeia

1. Introdução

A literacia financeira não é um conceito simples para o qual seja possível encontrar uma definição unânime na literatura. No entanto, é frequente relacionar a literacia financeira com o conhecimento financeiro (Huston, 2009). O conhecimento financeiro corresponde à compreensão de conceitos financeiros básicos e à capacidade de aplicar esses conceitos em contextos financeiros, possibilitando, nomeadamente, a comparação de produtos e serviços financeiros para a tomada de decisões (OECD/INFE, 2023).

A literacia financeira tem sido caracterizada como uma competência crítica para a vida, essencial para assegurar a segurança financeira e o bem-estar individual (Khyareh & Zivari, 2023). A literacia financeira e o conhecimento financeiro permitem evitar situações de sobre-endividamento e/ou mal-estar económico, especialmente em cenários de incerteza (Nicolini et al., 2013). No entanto, a evolução dos sistemas financeiros trouxe uma maior variedade de produtos e serviços, tornando a tomada de decisões financeiras mais complexa o que exige uma maior literacia financeira.

A crise financeira de 2008 marcou um ponto de viragem no debate, ao expor fragilidades generalizadas na gestão financeira de indivíduos e organizações e ao evidenciar a urgência de promover competências que permitam lidar com a crescente complexidade dos sistemas financeiros (Almeida et al., 2024). Em particular, a tomada de decisões relativas a endividamento, investimentos ou planeamento orçamental exige hoje maior capacidade de processar informação económica e interpretar implicações de médio e longo prazo (Fernandes, 2015).

No âmbito corporativo, a literacia financeira consubstancia-se na capacidade em interpretar os dados financeiros de forma a serem tomadas decisões que melhorem o desempenho da empresa e assegurem a sua estabilidade financeira, assumindo desta forma particular importância para o bem-estar financeiro das organizações (Hart et al., 2003).

A presente dissertação visa investigar a literacia financeira dos gestores e empresários de micro e pequenas e médias empresas portuguesas, e perceber de que forma fatores sociodemográficos se relacionam com o grau de literacia financeira destes gestores e empresários.

Para tal, foi desenvolvido um questionário, dividido em quatro secções principais: (i) caracterização sociodemográfica e empresarial, (ii) inclusão financeira e gestão de contas bancárias, (iii) planeamento financeiro e gestão da tesouraria, e (iv) compreensão financeira. Esta investigação pretende, não apenas identificar o nível médio de conhecimento sobre literacia financeira dos gestores e empresários, mas também as práticas de gestão efetivamente adotadas, os comportamentos associados ao planeamento orçamental, à utilização de produtos financeiros e à gestão de risco. Embora os inquéritos nacionais, conduzidos pelo Banco de Portugal (Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023) tenham tido um objetivo similar, este estudo distingue-se por se dirigir especificamente a gestores e empresários, de micro e PME (a maioria das empresas) portuguesas situadas no distrito de Leiria.

Para além das questões de carácter quantitativo, o questionário contemplou itens orientados para captar perceções, atitudes e formas de pensar dos inquiridos, permitindo avaliar não apenas a literacia financeira objetiva, mas também a forma como os gestores e empresários traduzem esse conhecimento em práticas e decisões de gestão. O nível de literacia financeira foi categorizado em três níveis para medir e também interpretar os dados de forma mais contextualizada, permitindo comparações mais claras entre grupos, complementando os estudos nacionais realizados pelo Banco de Portugal e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Ao comparar o nível de literacia financeira com variáveis sociodemográficas, como género, idade, habilitações e formação específica, este estudo distingue-se de grande parte dos estudos existentes, que se limitam a apresentar resultados de forma descritiva.

A presente dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo é introduzido o tema e o objetivo do trabalho. No capítulo 2 é realizada uma revisão da literatura sobre o tema de literacia financeira. No capítulo seguinte é apresentada a metodologia de investigação, começando pela descrição da amostra em análise, a fundamentação do questionário desenvolvido e os procedimentos de tratamento e análise de dados. No capítulo 4 são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, no capítulo 5, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2. Revisão de Literatura

2.1.A literacia Financeira

2.1.1. Conceito e importância

Apesar da importância reconhecida ao tema, o conceito de literacia financeira não é objetivo nem único (Huston, 2009; Remund, 2010). Fox et al. (2005), Remund (2010) e Xu e Zia (2012) afirmam que a literacia financeira pode ser entendida como a compreensão de conceitos e princípios financeiros fundamentais, a capacidade de aplicar esse conhecimento e a confiança necessária para gerir eficazmente as finanças pessoais. Almeida et al. (2024) reforçam esta perspetiva ao salientar que a literacia financeira envolve tanto o domínio de conceitos, como a capacidade de os aplicar no quotidiano, contribuindo para uma gestão financeira mais consistente e resiliente face a acontecimentos inesperados. Esta gestão envolve tanto a tomada de decisões adequadas a curto prazo, como o planeamento financeiro a longo prazo, mesmo perante imprevistos da vida ou alterações nas condições económicas (Remund, 2010).

O conceito de educação financeira é muitas vezes confundido com o conceito de literacia financeira, pois os programas de educação financeira são muitas vezes projetados para aumentar a literacia financeira (Lusardi & Mitchell, 2011). A educação financeira é o processo que permite ao indivíduo desenvolver a aptidão para utilizar os recursos financeiros de forma eficaz, alcançar objetivos pessoais e garantir a estabilidade financeira ao longo da vida (Remund, 2010). Esta está associada a práticas sustentáveis e à gestão responsável de riscos, promovendo estabilidade a longo prazo (Filippini et al., 2024). Segundo Fernandes (2015), a educação financeira é uma componente muito importante em qualquer sociedade, sendo essencial, por exemplo, para o planeamento financeiro da reforma. Abreu e Mendes (2010) concluem que o nível educacional de cada indivíduo influencia a forma como consegue lidar com as diversas fontes de informação disponíveis.

Fox et al. (2005), Huston (2009), Xu e Zia (2012) argumentam que é preciso habilidade para colocar o conhecimento financeiro em prática no dia a dia, considerando as consequências das decisões financeiras para a qualidade de vida e o bem-estar familiar.

Por outro lado, Kirsch (2001) e Abreu e Mendes (2010) enfatizam a importância da interação com a comunidade. Kirsch (2001) destaca que a literacia financeira é construída ao longo do tempo, por meio da experiência e da troca de conhecimento entre indivíduos, sendo uma habilidade que se desenvolve em diferentes contextos. Abreu e Mendes (2010) acrescentam que a literacia financeira é um processo dinâmico, que progride através da experiência prática e da interação com a comunidade.

Orton (2007) e Schwert (2011) abordam a relação entre a literacia financeira e as condições externas, como por exemplo a instabilidade dos mercados financeiros. Para Orton (2007) a literacia financeira implica a aplicação do conhecimento em diferentes cenários, independentemente da sua probabilidade de ocorrência. O autor destaca que o processo de tomada de decisão financeira deve ser considerado no contexto de uma sociedade que exige cidadãos capazes de avaliar as diversas fontes de informação e de compreender as consequências de suas escolhas. Schwert (2011), por sua vez, ressalta que a instabilidade dos mercados pode dificultar a aquisição de conhecimento, tornando a literacia financeira um desafio adicional para muitas pessoas. No entanto, o autor identifica que os governos têm tomado medidas para melhorar o nível de literacia financeira nas sociedades, reconhecendo a sua importância para o desenvolvimento económico e social.

O relatório da OCDE sublinha a crescente importância da alfabetização financeira, apontando que o seu aprimoramento contínuo é essencial para garantir o bem-estar económico de famílias e empresas (OECD/INFE, 2023). O relatório destaca que uma maior literacia financeira não facilita apenas a gestão financeira pessoal, mas também estimula a inovação e a concorrência das empresas nos mercados. Isso ocorre porque consumidores mais informados sobre suas escolhas, exigem serviços de maior qualidade e mais eficientes, o que impulsiona as empresas a aprimorarem as suas ofertas para atender às novas necessidades.

Segundo Oliveira (2023), existe uma relação direta entre o nível de alfabetização financeira e o endividamento excessivo, pelo que é fundamental que todos compreendam os conceitos financeiros de forma a alavancar a economia e a torná-la mais forte e estável, contribuindo para a proteção contra fraudes a nível financeiro sendo que, quantos mais princípios financeiros as pessoas conhecerem, mais facilmente identificam esquemas fraudulentos, reduzindo assim a probabilidade de serem enganadas.

Shim et al. (2009) mencionam que a falta de literacia financeira pode levar à tomada de decisões mal informadas ou comportamentos financeiros negativos, trazendo consigo um vasto leque de consequências como, por exemplo, créditos a uma taxa de juro elevada, sobre-

endividamento e decisões incorretas de investimento. Observa-se que pessoas com um nível de literacia mais elevado apresentam uma maior tendência a aprender sozinhas e procuram novos conhecimentos, podendo, dessa forma, considerar-se a literacia financeira como um valor acrescentado para o cidadão, pois cria oportunidades de aplicação de conhecimento (Brown et al., 2006).

A literacia financeira dos indivíduos é também um mecanismo essencial para o sucesso de uma empresa, uma vez que a literacia financeira no ramo empresarial está vinculada à literacia financeira pessoal (Agyapong & Attram, 2019). Uma baixa literacia financeira pessoal reflete uma fraca gestão empresarial e, neste contexto, percebe-se que é essencial que os responsáveis financeiros sejam dotados de capacidades de interpretação de conceitos financeiros e empresariais (Dahmen & Rodríguez, 2014).

Os gestores que têm uma boa educação financeira são capazes de tomar decisões comerciais mais corretas, ter uma maior orientação para o desenvolvimento de negócios, melhorando a condição financeira da empresa, e ter maior propensão para diversificar os investimentos da empresa, reduzindo a exposição a riscos financeiros (Dahmen & Rodríguez, 2014). Gestores com maior conhecimento financeiro tendem a diversificar mais os portfólios, a aplicar técnicas avançadas de gestão financeira e usar instrumentos de *hedging* (como swaps cambiais ou contratos de futuros) para mitigar riscos, incluindo flutuações nas taxas de juro e câmbio (Abreu & Mendes, 2010; Dahmen & Rodríguez, 2014; Van Rooij et al., 2011).

A literacia financeira ainda facilita o acesso ao financiamento (Dharmawan Buchdadi et al., 2020), sendo essencial para a interpretação correta de dados financeiros e para a tomada de decisões estratégicas. Esta é ainda mais importante para as pequenas e médias empresas, que apresentam recursos limitados, pelo que a capacidade de interpretar e utilizar informações financeiras de forma eficaz é crucial para identificar oportunidades de crescimento e decisões que possam fomentar a saúde financeira da empresa (Gouws & Shuttleworth, 2009).

De realçar ainda que, em períodos de crise financeira, gestores e empresários com maior literacia financeira demonstram maior capacidade para ajustar estratégias de forma a proteger os ativos da empresa (Schwert, 2011).

As políticas e programas de educação financeira são apontados como essenciais para melhorar o conhecimento financeiro de gestores e empresários, resultando em melhores decisões e maior sucesso empresarial (Lusardi & Mitchell, 2011; Xu & Zia, 2012). Exemplo disso é o Plano Nacional de Formação Financeira de Portugal, que promove ações como a formação de gestores e empresários de micro e PME e a disponibilização de recursos

educativos através do portal "Todos Contam". A nível internacional, destacam-se *os Small Business Development Centers* (SBDC) nos Estados Unidos, que oferecem formação prática em contabilidade, gestão financeira e acesso a financiamento para pequenos empresários (Dahmen & Rodríguez, 2014). Também a OECD/INFE (2023), através da sua rede INFE (*International Network on Financial Education*), tem apoiado os governos na implementação de programas direcionados à capacitação financeira de empreendedores, especialmente em países em desenvolvimento.

2.1.2. Como medir a literacia financeira

A literacia financeira tem sido amplamente estudada como um fator crítico para a tomada de decisões económicas informadas. No entanto, a sua medição apresenta desafios significativos, tanto conceptualmente quanto metodologicamente. Lusardi & Mitchell (2011) afirmam que é difícil medir o nível de literacia financeira de um indivíduo, isto porque é difícil perceber como é que os indivíduos processam a informação que recebem e a colocam em prática nas suas decisões financeiras.

Graña-Alvarez et al. (2024) destacam que a ausência de uma definição uniforme do termo literacia financeira tem dificultado a realização de análises comparativas robustas e a avaliação precisa dos seus impactos, particularmente no contexto empresarial. Esta divergência conceptual exige que os estudos adotem estruturas claras de medição, preferencialmente multidimensional, que abranja conhecimentos objetivos, atitudes e comportamentos, como defende Huston (2009).

Uma das abordagens mais utilizadas é a aplicação de questionários padronizados (Centeno et al., 2021; OECD/INFE, 2023; Almeida et al., 2024) que permitem a recolha de dados comparáveis entre diferentes grupos sociodemográficos ao longo do tempo (Xu & Zia, 2012).

A competência cognitiva é a dimensão tradicionalmente mais avaliada, correspondendo ao conhecimento objetivo sobre conceitos financeiros (Chen & Volpe, 1998; Huston, 2009). Esta tem sido habitualmente aferida por meio de perguntas de escolha múltipla que pretendem medir objetivamente o conhecimento dos indivíduos sobre conceitos e produtos financeiros sustentáveis. Este tipo de perguntas é simples, fiável e eficaz e facilita a comparação entre indivíduos ou grupos e de estudos com grandes amostras (Chen & Volpe, 1998; Huston, 2009).

Lusardi & Mitchell (2011) propuseram as chamadas "Big Three", três perguntas-chave que avaliam: (1) a capacidade de calcular juros compostos, (2) a compreensão da inflação e (3) a noção de diversificação de risco. Estas perguntas têm sido amplamente adotadas em estudos comparativos internacionais por permitirem uma avaliação rápida e comparável, mas limitada na captação de raciocínios subjetivos (OECD/INFE, 2023).

Na realidade portuguesa, o Banco de Portugal (2011) estruturou um questionário com 94 perguntas de escolha múltipla com o objetivo de aferir o nível de literacia financeira da população. As questões abrangeram os três temas fundamentais já estudados por Lusardi & Mitchell (2011), bem como temas sobre o risco associado ao investimento e a gestão de contas bancárias. A metodologia de avaliação baseou-se na contagem do número de respostas corretas fornecidas pelos inquiridos, permitindo assim classificá-los em três níveis distintos de literacia financeira: básica, intermédia e avançada. Esta tipologia de classificação procurou refletir a capacidade dos indivíduos para compreender e aplicar conceitos financeiros essenciais no seu quotidiano, funcionando como um indicador útil para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à promoção da educação financeira.

A inclusão de perguntas abertas em alguns estudos permite aceder a uma camada mais profunda da literacia, revelando as interpretações pessoais, as dificuldades cognitivas e as lacunas inesperadas no conhecimento dos indivíduos (Remund, 2010). Huston (2009) refere que a inclusão de perguntas abertas permite identificar lacunas inesperadas no conhecimento e capta processos de raciocínio subjacentes às escolhas. Esta abordagem qualitativa permite, por exemplo, compreender como os indivíduos percebem conceitos como a Taxa Anual Efetiva Global (TAEG) ou o custo total de um crédito, indo além da simples resposta correta ou errada (Huston, 2009). Estudos de Huston (2009) e Remund (2010) indicam que a simples resposta correta a perguntas objetivas sobre literacia financeira nem sempre reflete um entendimento profundo por parte dos indivíduos, uma vez que estes demonstram insegurança, confusão ou equívocos conceptuais ao justificar as suas decisões financeiras, o que evidencia lacunas no conhecimento prático e na confiança para aplicar conceitos financeiros (Huston, 2009; Abreu & Mendes, 2010).

Alguns estudos, como é o caso de Filippini et al. (2024) utilizaram os dois tipos de perguntas: de escolha múltipla, para avaliar o nível de literacia financeira, seguido de perguntas abertas de opinião, para compreender melhor as atitudes, valores e perceções dos participantes relativamente aos investimentos sustentáveis.

Apesar das vantagens qualitativas, a análise de respostas abertas apresenta desafios significativos, como a complexidade analítica, a dificuldade de padronização e a necessidade de amostras mais reduzidas, dada a exigência de tempo e recursos na codificação das respostas.

2.1.3. A literacia financeira nos diferentes países

A comparação entre os níveis de literacia financeira de diferentes países revela a importância dos sistemas educacionais e da cultura local para o nível de conhecimento da população (Jappelli, 2010).

Segundo Lusardi e Mitchell (2011), a literacia financeira é muito desigual entre as diferentes regiões do mundo. Enquanto países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Austrália e a maioria dos países da Europa Ocidental, apresentam níveis relativamente elevados de conhecimento financeiro, nos países em desenvolvimento existem grandes lacunas nesta área.

Países como a Índia, Indonésia e algumas nações africanas, apresentam níveis de literacia financeira muito baixos, impedindo que as pessoas tomem decisões informadas sobre investimentos, poupança e na gestão de dívidas (Xu & Zia, 2012). Nesses países, a população recorre frequentemente a fontes de crédito ou financiamento informais, o que poderá aumentar a exclusão financeira. O recurso a fontes de crédito ou financiamento informais deve-se à dificuldade ou impossibilidade de acesso a serviços financeiros formais, como contas bancárias, créditos ou seguros, comprometendo a capacidade dos indivíduos de gerir eficazmente os seus recursos (Grohmann et al., 2018). Em contraste, países com níveis elevados de literacia financeira mostram maior envolvimento com produtos financeiros como planos de reforma e investimentos em ações, por exemplo (Van Rooij et al., 2011).

Na Europa, a literacia financeira tem sido abordada de forma estratégica, com a União Europeia (UE) a reconhecer a importância da educação financeira para o fortalecimento das economias e bem-estar dos cidadãos (OECD/INFE, 2023), sendo perceptível o trabalho da Comissão Europeia em realizar várias iniciativas com o intuito de incentivar os países a promover a inclusão financeira. Contudo, ainda assim, a situação varia consideravelmente entre os diferentes países da UE (OECD/INFE, 2023). Em países nórdicos, como a Suécia e a Finlândia, a educação financeira é frequentemente incorporada no programa escolar. É dado uma forte ênfase em educação e bem-estar, pelo que a população tende a estar preparada para lidar com questões financeiras mais complexas, como investimentos e gestão de risco (Jappelli, 2010). Por outro lado, países do sul da Europa, como a Itália, Portugal e

Espanha, enfrentam desafios maiores em termos de literacia financeira, com a população pouco formada sobre conceitos básicos, dificultando assim a sua participação na economia (Almeida et al., 2024; OECD/INFE, 2023). Em alguns países da Europa Central e Oriental, como a Polónia e a Hungria, os níveis de literacia financeira têm melhorado nas últimas décadas, especialmente após a crise de 2008 que destacou vulnerabilidade das populações mal preparadas para lidar com crises a nível económico (Filippini et al., 2024; Graña-Alvarez et al., 2024).

2.1.4. Literacia financeira em Portugal

De acordo com os dados mais recentes da OECD/INFE (2023), o índice global de literacia financeira em Portugal é de 60,2 pontos (numa escala de 0 a 100), este índice resulta da avaliação conjunta de três dimensões, o conhecimentos, as atitudes e os comportamentos financeiros, permitindo comparar o desempenho entre países. Este valor coloca Portugal acima da média global dos países participantes (60,0 pontos), mas ligeiramente abaixo da média dos países da OCDE, que se situa nos 63,0 pontos. Estes resultados sugerem que, embora Portugal tenha feito progressos significativos na literacia financeira da população adulta, o país continua a enfrentar desafios relevantes no que respeita ao conhecimento financeiro geral dos seus cidadãos. Uma parte substancial da população ainda apresenta lacunas consideráveis na capacidade de tomar decisões financeiras informadas, o que evidencia que existe margem para alcançar os níveis médios observados nos países mais desenvolvidos da OCDE (OECD/INFE, 2023).

O nível de conhecimento financeiro da população portuguesa, com idade superior a 16 anos, tem sido aferido por inquéritos realizados pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al, 2023). No primeiro questionário, foram definidos os objetivos relativos, baseados em medir se a população portuguesa conhecia e sabia utilizar o sistema bancário, sabia os seus gastos diários, e quais os procedimentos utilizados nas suas decisões financeiras (Banco de Portugal, 2011). Na segunda edição, desenvolvida por Costa et al. (2015), a metodologia utilizada no primeiro questionário foi consolidada e a análise foi aprofundada em alinhamento com os instrumentos internacionais da OCDE.

No inquérito realizado em 2020 as principais conclusões revelam hábitos saudáveis de poupança por parte dos inquiridos, bem como uma preocupação em manter alguma poupança para cobrir despesas inesperadas. Tendo este inquérito sido realizado num contexto de

pandemia, permitiu ainda observar o impacto da crise sanitária nos hábitos financeiros e a aceleração de temas como a digitalização e o acesso remoto a serviços financeiros (Centeno et al., 2021).

Uma das questões aferidas nos inquéritos é se as pessoas acompanham regularmente informação económica e financeira e de que modo o fazem (tipos de informação). A figura 1 faz a comparação da preferência por temas económicos entre o ano de 2015 e 2020. Evidencia-se que a maioria das pessoas acompanha a informação económico-financeira através de notícias gerais sobre economia, embora a percentagem de pessoas que usa esta fonte de informação tenha diminuído ligeiramente de 51,7%, em 2015, para 47,9%, em 2020. Destaca-se o aumento significativo do interesse por notícias sobre o mercado imobiliário. Por outro lado, a atenção dedicada ao mercado acionista, à legislação de produtos financeiros e à evolução das taxas de juro reduziu entre 2015 e 2020, o que pode indicar uma maior atenção do público a segmentos económicos específicos, possivelmente em resposta a mudanças no contexto económico-financeiro do país.

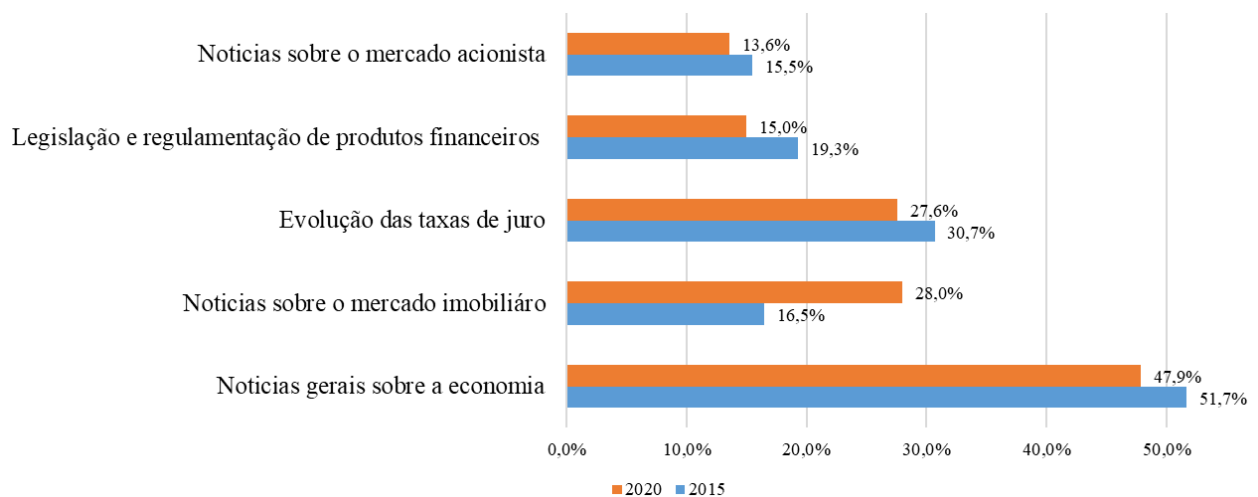


Figura 1 - Preferências por temas económicos: comparação dos anos 2015 e 2020

Fonte: Adaptado de Banco de Portugal (Centeno et al., 2021)

A edição do inquérito mais recente, de 2023, introduziu novas dimensões relacionadas com a resiliência e o bem-estar financeiro, num contexto marcado por pressões inflacionistas e aumento das taxas de juro (Centeno et al., 2023). Embora os portugueses, de maneira geral, tenham melhorado o entendimento sobre finanças pessoais nos últimos anos, a compreensão sobre investimentos sofisticados, como a diversificação da carteira de investimento e o uso de produtos financeiros com maior complexidade, continua limitada (Abreu & Mendes, 2010; Almeida et al., 2024).

O nível médio de literacia financeira dos gestores e empresários de pequenas e médias empresas portuguesas é geralmente considerado insuficiente para enfrentar todos os desafios financeiros que as empresas enfrentam (Centeno et al., 2021). Almeida et al. (2024) destacam que os gestores e empresários portugueses apresentam lacunas significativas em conceitos essenciais de literacia financeira, nomeadamente no planeamento orçamental, na gestão de risco e na compreensão de produtos financeiros.

Fernandes (2015) e Domingos (2017), ao analisarem proprietários de pequenos negócios a nível nacional, concluíram que a maioria não possui conhecimento aprofundado em finanças, o que limita sua capacidade para gerir eficientemente o fluxo de caixa e os investimentos. Resultados semelhantes já tinham sido observados no 1º inquérito à Literacia Financeira (Banco de Portugal, 2011), onde foram identificadas lacunas significativas no conhecimento financeiro da população portuguesa, especialmente na compreensão de conceitos financeiros e verificou-se igualmente que muitos indivíduos apresentavam dificuldades na elaboração de orçamentos, na definição de objetivos financeiros de médio e longo prazo e na avaliação de riscos associados a produtos financeiros. O 4.º inquérito à Literacia Financeira (Centeno et al., 2023) confirmou a persistência destas lacunas, salientando que, apesar de uma ligeira melhoria no conhecimento de conceitos básicos, continuam a verificar-se fragilidades significativas na aplicação prática desses conhecimentos, nomeadamente na gestão de poupança, no planeamento de longo prazo e no uso criterioso de produtos financeiros.

A falta de uma abordagem sistemática conduz a educação financeira no sistema educativo português a permanecer em níveis baixos a moderados, conforme demonstram os resultados do 4º inquérito à literacia financeira promovido pelo Banco de Portugal (Centeno et al., 2023). Este diagnóstico é reforçado por Almeida et al. (2024) que destacam a inexistência de uma estratégia educativa robusta e transversal no ensino formal, apontando para a fragmentação dos conteúdos financeiros ao longo do percurso escolar. Já no relatório anterior (Centeno et al., 2021), constatava-se a estagnação dos indicadores de literacia financeira desde 2010, sugerindo que os esforços realizados não têm sido eficazes nem sustentáveis.

Estudos como o de Margarida et al. (2013) e Oliveira (2023) sublinham que os jovens portugueses saem do sistema educativo com lacunas significativas em conhecimentos essenciais à tomada de decisões financeiras conscientes, nomeadamente em temas como orçamento, poupança e risco. Este panorama nacional é também confirmado em relatórios internacionais, como o da OECD/INFE (2023) que situa Portugal abaixo da média europeia

em termos de literacia financeira, destacando a ausência de políticas educativas contínuas e estruturadas como uma das principais causas.

Estas constatações ganharam corroboração empírica em trabalhos mais recentes como o estudo de Almeida et al. (2024) que apontam para a inexistência de uma política educativa abrangente e integrada. Para dar resposta a esses desafios, têm sido implementadas políticas públicas de educação financeira, como o Plano Nacional de Educação Financeira lançado pelo Banco de Portugal. Este plano visa melhorar a literacia financeira da população através da promoção de programas educativos em várias plataformas, como escolas, universidades, empresas e outras organizações da sociedade civil (Oliveira, 2023). O objetivo passa por alcançar todas as camadas da população, com maior enfoque nos jovens e populações com menores recursos, que frequentemente apresentam menores níveis de literacia financeira.

Adicionalmente, a educação financeira nas escolas é vista como uma solução de longo prazo para a melhoria dos índices de literacia financeira em Portugal. Huston (2009) argumenta que quando os jovens são ensinados desde cedo sobre conceitos como poupança, orçamento, investimentos e empréstimos, há uma maior probabilidade de tomarem decisões financeiras mais informadas no futuro, reduzindo o risco de endividamento e aumentando a segurança financeira. Esta perspetiva é reforçada pelo Banco de Portugal (2011), que identifica a formação dos jovens como uma das áreas prioritárias para o reforço das competências financeiras da população portuguesa, destacando a importância de intervir precocemente nos hábitos e conhecimentos financeiros. Nesse sentido, e como resposta a essa necessidade, a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento passou a incluir a educação financeira como um dos seus domínios obrigatórios no currículo escolar, promovendo a aquisição de conhecimentos e atitudes responsáveis por parte dos alunos, sobretudo no que respeita à gestão do dinheiro, ao planeamento orçamental e à prevenção do endividamento. Esta estratégia encontra-se em consonância com as recomendações da OECD/INFE (2023), que sublinham a importância da integração sistemática da literacia financeira nos programas educativos, como uma via para promover uma sociedade mais equitativa e financeiramente inclusiva.

Este paradoxo entre os avanços na literacia financeira e as dificuldades no bem-estar financeiro reflete a complexidade da realidade portuguesa, sugerindo que, apesar dos progressos na educação financeira, existem questões estruturais e socioeconómicas mais profundas que ainda limitam o acesso a uma estabilidade financeira (Centeno et al., 2021).

3. Metodologia

3.1. Recolha de dados

O objetivo principal do presente trabalho é perceber qual é o nível de literacia financeira médio dos gestores e empresários de micro e PME. Para isso foi desenvolvido um questionário especificamente para este propósito. Este contém 23 questões, formuladas de forma a poderem ser respondidas de maneira rápida e intuitiva. Segundo Lusardi e Mitchell (2011), a avaliação financeira através de questões deve basear-se em princípios como a simplicidade, a relevância e a brevidade, reduzindo o número de questões e focando-se nos aspetos mais essenciais para medir o grau de literacia financeira de uma forma eficaz. Ao reduzir a carga cognitiva sobre os inquiridos, estes não se sentem sobrecarregados, aumentando a taxa de resposta e a fiabilidade dos dados recolhidos.

O questionário foi elaborado na plataforma Google Forms e o respetivo link de acesso foi enviado por email diretamente às empresas, com base nos emails recolhidos na base de dados SABI (Sistema de Análise de Balanços Ibéricos), bem como através de associações empresariais, nomeadamente a NERLEI (Associação Empresarial da Região de Leiria), a ACILIS (Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo da Região de Leiria) e a CEFAMOL (Associação Nacional da Indústria de Moldes) que foram contactadas para ajudar na divulgação do mesmo.

Tendo em consideração o objetivo do presente estudo, o universo do questionário foi direcionado para os gestores e empresários de micro e PME com sede em Portugal, com especial incidência na região centro do país, nomeadamente no distrito de Leiria. A escolha de Portugal justifica-se pelo facto de os níveis de literacia financeira no país se encontrarem abaixo da média da OCDE. Lusardi e Mitchell (2011) e Jappelli (2010) mostram, em comparações internacionais, que Portugal apresenta resultados menos favoráveis face a outros países desenvolvidos. De igual modo, o mais recente inquérito da OECD/INFE (2023) confirma que o país continua a registar níveis de literacia financeira inferiores à média internacional. A escolha de micro e PME justifica-se pelo seu peso estruturante na economia nacional sendo que, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) estas empresas representam cerca de 99% do total das empresas portuguesas, sendo responsáveis por mais de 70% do emprego e uma parte substancial do valor acrescentado bruto português (INE, 2025). A delimitação geográfica justifica-se pela facilidade de contacto com o tecido

empresarial local, pelo acesso facilitado a redes e associações empresariais regionais e, ainda, pela relevância económica que esta região representa no contexto nacional, particularmente ao nível da indústria transformadora nas áreas dos moldes, plásticos, cerâmica e mobiliário. Além disso, segundo o INE, Leiria é uma das regiões com maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita fora das áreas metropolitanas, revelando um elevado grau de desenvolvimento económico.

A aplicação do questionário foi especificamente direcionada a indivíduos que detêm funções de decisão financeira dentro da empresa, nomeadamente gestores e empresários uma vez que o objetivo central do estudo é aferir o grau de literacia financeira dos gestores e empresários nas micro e PME. Estes são os responsáveis pela definição de estratégias de financiamento, investimento, controlo de tesouraria e gestão de riscos. Os participantes foram previamente filtrados no próprio questionário, com perguntas de controlo que confirmavam se o inquirido possuía mais de 18 anos, se tinha um papel ativo nas decisões financeiras da empresa e se aceitava voluntariamente participar no estudo.

A amostra final integra 92 respostas válidas, recolhidas entre 27 de agosto de 2025 e 23 de setembro de 2025. A opção por este número de participantes assenta numa abordagem não probabilística por conveniência, comum em estudos com inquérito por questionário, sobretudo quando se pretende estudar fenómenos complexos em populações específicas, como é o caso da literacia financeira em micro e PME (Fernandes, 2015; Domingos, 2017). Apesar de não permitir generalizações estatísticas para o universo total das empresas portuguesas, esta amostra é considerada adequada para identificar padrões, correlações e tendências significativas que podem ser aprofundadas em estudos posteriores com outras metodologias complementares.

O questionário foi construído com base em literatura relevante na área da literacia financeira tendo em especial atenção os estudos de Huston (2009), Remund (2010), Banco de Portugal (2011), Domingos (2017), Almeida (2019) e Silva (2019) que forneceram a base conceptual e estrutural para a formulação das perguntas e escalas utilizadas. O questionário foi organizado em quatro secções principais, como descrito a seguir:

a) Caracterização

A caracterização sociodemográfica dos participantes e das respetivas empresas constitui uma etapa essencial em estudos sobre literacia financeira, na medida em que fornece o contexto

necessário para a análise e interpretação dos comportamentos, atitudes e níveis de conhecimento financeiro dos gestores e empresários (Chen & Volpe, 1998; Lusardi & Mitchell, 2011).

Esta secção do questionário inclui um conjunto de variáveis que permitem delinear o perfil dos inquiridos, possibilitando uma leitura mais fina dos dados recolhidos. Inclui questões sobre variáveis sociodemográficas como o género, a idade e as habilitações literárias (Domingos, 2017), e perguntas sobre a organização tais como o setor de atividade (Centeno et al., 2021), o volume de negócios, o ano de fundação da empresa e o número de trabalhadores (Brown et al., 2006; Oseifuah, 2010).

A primeira variável considerada é o género do gestor ou empresário, sendo disponibilizadas três opções de resposta: masculino, feminino e “prefiro não responder”. A inclusão desta variável fundamenta-se nos resultados de diversos estudos internacionais que evidenciam diferenças significativas entre homens e mulheres em termos de literacia financeira. De acordo com Lusardi e Mitchell (2011), os homens tendem, em média, a apresentar níveis mais elevados de conhecimento financeiro do que as mulheres, embora existam exceções consoante o contexto sociocultural.

A idade é incluída na caracterização dos participantes, segmentada em seis intervalos: dos 18 aos 25 anos até 66 anos ou mais. A faixa etária dos gestores e empresários pode influenciar diretamente a sua experiência acumulada, a exposição a situações financeiras complexas e o grau de familiaridade com conceitos financeiros. Domingos (2017) salienta que diferentes grupos etários podem apresentar níveis distintos de literacia financeira, sendo importante avaliar o impacto da maturidade e da trajetória profissional.

As habilitações literárias dos inquiridos foram categorizadas em seis níveis, desde a ausência de instrução até ao doutoramento conforme utilizado no relatório da OECD/INFE (2023). Esta variável assume particular relevância, uma vez que existe evidência empírica que associa a formação académica a maiores níveis de literacia financeira. Em especial, indivíduos com formação em áreas como economia, contabilidade ou gestão demonstram melhor desempenho em testes de literacia tal como refere Lusardi e Mitchell (2011), OECD/INFE (2023) e Centeno et al., (2021).

Para além das características individuais do gestor ou empresário, importa também compreender o contexto empresarial em que este se insere. Segundo Centeno et al., (2021),

o setor pode influenciar a exposição ao risco, o acesso ao financiamento e o grau de formalização da gestão financeira. Para responder a esta pergunta, o inquirido deve escolher uma de entre os oito setores de atividades apresentados. Esta lista de atividades foi adaptada de Centeno et al., (2021).

O volume de negócios da empresa, referente ao ano de 2024, foi recolhido de forma escalonada, com sete classes, desde valores inferiores a 50.000 euros até empresas com faturação superior a 1.000.000 euros. Esta variável ordinal funciona como indicador do desempenho económico e da capacidade de geração de receitas da organização. De acordo com Brown et al. (2006) e Oseifuah (2010), empresas com maior faturação tendem a adotar práticas de gestão financeira mais estruturadas e a recorrer com maior frequência a instrumentos financeiros sofisticados.

A dimensão da empresa, medida pelo número de colaboradores, é outro elemento fundamental para a análise. A escala utilizada vai desde empresas unipessoais (trabalhador por conta própria) até organizações com mais de 250 funcionários. Tal como o volume de negócios, o número de trabalhadores é uma variável que permite avaliar o grau de complexidade organizacional. Brown et al. (2006) salientam que empresas com estruturas maiores requerem maior formalização dos processos financeiros e de controlo interno.

Recolheu-se o ano de fundação da empresa, permitindo calcular o tempo de existência da organização, estando esta variável cronológica diretamente ligada à estabilidade, experiência e potencial dos processos empresariais.

Por fim, na última questão deste grupo, procurou-se identificar há quanto tempo o respondente é proprietário da empresa, incluindo experiências anteriores. Foi utilizada uma variável ordinal apresentada em intervalos de tempo (menos de 1 ano, 1–2 anos, 2–5 anos, 5–10 anos, mais de 10 anos), procurando medir a experiência do gestor ou empresário enquanto proprietário ou enquanto responsável por funções de gestão (Costa et al., 2015).

b) Inclusão financeira e gestão de contas bancárias

Esta secção do questionário visa aferir o nível de envolvimento dos gestores e empresários na monitorização das contas bancárias da empresa e o seu conhecimento sobre os custos associados aos serviços financeiros. As questões foram adaptadas do estudo de Silva (2019) e de Centeno et al., (2021).

A primeira questão desta secção procura aferir a frequência com que o gestor ou empresário controla os movimentos e o saldo da principal conta bancária da empresa. Esta variável é medida numa escala ordinal, com opções que vão de "diariamente" até "nunca". O objetivo é captar o grau de disciplina financeira e a regularidade com que o responsável acompanha os fluxos de tesouraria. A monitorização regular da conta bancária constitui um comportamento prudente e recomendado na literatura como uma prática essencial para evitar desequilíbrios de liquidez (OECD/INFE, 2023).

A décima segunda questão procura aferir se o gestor ou empresário já ouviu falar em alguns produtos ou serviços financeiros listados, visando medir o seu conhecimento básico sobre os mesmos, funcionando como uma primeira etapa na avaliação da literacia financeira. A utilização de uma variável dicotómica (Sim/Não) permite uma medição simples, objetiva e comparável, tal como tem sido prática nos inquéritos nacionais de literacia financeira (Banco de Portugal, 2011).

A questão seguinte segue a mesma lógica, também estruturada como variável dicotómica (Sim/Não), onde é pedido para indicar os produtos e serviços financeiros utilizados de forma a avaliar a exposição e a experiência com instrumentos como crédito comercial, leasing, factoring ou seguros. A diversidade dos produtos permite aferir o grau de sofisticação financeira e a familiaridade do gestor ou empresário com instrumentos de financiamento, aspetos centrais na literacia financeira prática (Remund, 2010).

Segue-se uma pergunta sobre como foi efetuada a escolha de um produto financeiro com vista a perceber a atitude do gestor ou empresário perante o mercado. A pertinência desta questão prende-se com o facto de a forma como os gestores e empresários selecionam produtos financeiros estar intrinsecamente relacionada com o seu nível de literacia financeira. Abreu e Mendes (2010) demonstram que indivíduos com maior literacia têm maior propensão para diversificar e procurar alternativas no mercado financeiro. Do mesmo modo, Chen e Volpe (1998) evidenciam que níveis reduzidos de literacia levam frequentemente a decisões baseadas em conveniência, sem comparação de opções. Huston (2009) acrescenta que a literacia financeira não se resume ao conhecimento, mas implica a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática, nomeadamente através da avaliação de diferentes produtos e instituições.

c) Planeamento financeiro e gestão de tesouraria

Este grupo de questões visa explorar as práticas adotadas pelos gestores e empresários no que respeita ao planeamento financeiro e à gestão da tesouraria das suas empresas. Esta secção inclui um conjunto de questões que pretendem captar as práticas de previsão orçamental, a frequência do planeamento financeiro, a utilização de instrumentos financeiros para gestão de excedentes temporários de tesouraria e a forma como as empresas recorrem a apoio externo, como pedidos de crédito bancário, financiamento ou linhas de crédito, para equilibrar a tesouraria e assegurar a liquidez necessária.

A primeira questão deste grupo procura identificar se, nos últimos 24 meses, o gestor ou empresário contou com apoio de terceiros (como contabilistas, consultores, bancos, organismos públicos ou familiares) para tomar decisões financeiras. Esta questão visa aferir o nível de autonomia do gestor ou empresário, mas também o seu acesso a redes de suporte, conforme recomendado Dahmen e Rodríguez (2014) e Fernandes (2015). São utilizadas escalas dicotómicas (Sim/Não), complementadas pela opção “Não quer responder”.

A decima sexta questão deste questionário, à semelhança da questão anterior, procura perceber o grau de autonomia dos gestores e empresários, mais especificamente os temas em que os gestores e empresários procuram apoio externo para resolver os seus problemas. Estudos mostram que níveis reduzidos de literacia financeira aumentam a dependência de consultores externos (Domingos, 2017) e condicionam o desempenho das empresas (Fernandes, 2015).

É ainda questionada qual a forma como o gestor ou empresário controla os registos financeiros; Excel, software, papel, memorização. Esta questão visa perceber o nível de formalização da contabilidade e da gestão interna e a maturidade organizacional, sendo que estudos como os de Domingos (2017) e Fernandes (2015) mostram que níveis mais elevados de literacia financeira estão associados a uma utilização mais recorrente de sistemas formais de registo financeiro.

A decima oitava questão utiliza uma matriz de avaliação que analisa a utilização de instrumentos financeiros para gestão de excedentes temporários de tesouraria. Os produtos avaliados incluem depósitos a prazo, ações, obrigações e “Hot Money”, sendo cada um classificado segundo uma escala de Likert de cinco pontos (de “sempre” a “nunca”), com a possibilidade adicional de assinalar “NS” (não sabe). Esta abordagem permite medir,

simultaneamente, a frequência de uso e o grau de familiaridade com cada produto, oferecendo um retrato mais completo do nível de literacia financeira aplicada à gestão de curto prazo (Lusardi & Mitchell, 2011) sendo que, em Portugal, os inquéritos do (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Oliveira, 2023) também incluem estes instrumentos como indicadores de literacia aplicada.

Segue-se um conjunto de afirmações relativas às práticas de gestão e planeamento financeiro, bem como à consideração de fatores de sustentabilidade na tomada de decisão. O respondente é convidado a posicionar-se numa escala de Likert de quatro pontos, que varia entre “discorda totalmente” e “concorda totalmente” e com a possibilidade de assinalar “não quero responder”. O motivo da inclusão desta questão prende-se com a necessidade de compreender não apenas o conhecimento objetivo dos gestores e empresários em matéria financeira, mas sobretudo as suas atitudes e comportamentos na gestão quotidiana da empresa. Questões como a manutenção de informação fidedigna, a comparação de diferentes fontes de financiamento ou a realização de previsões de rentabilidade avaliam o grau de planeamento e racionalidade económica do gestor ou empresário.

Por sua vez, as afirmações relativas ao impacto ambiental e social dos investimentos, assim como ao envolvimento de fornecedores em práticas sustentáveis, introduzem uma dimensão de responsabilidade social e de sustentabilidade empresarial, que cada vez mais se associa às boas práticas de gestão financeira. Esta ideia é defendida por Filippini et al. (2024), que reforça a ligação entre responsabilidade social, sustentabilidade e gestão financeira.

Na última questão desta secção procura-se compreender os critérios utilizados pelos gestores e empresários na escolha de produtos e serviços financeiros, avaliando se existe um comportamento ativo de comparação ou, pelo contrário, uma postura passiva perante as opções disponíveis. Estudos como o de Lusardi e Mitchell (2011) demonstram que indivíduos com maior literacia financeira tendem a comparar alternativas antes de decidir, obtendo melhores resultados financeiros.

d) Compreensão financeira

A quarta e última secção do questionário tem como principal objetivo aferir o nível de literacia financeira objetiva dos gestores e empresários, por meio da avaliação do seu conhecimento sobre conceitos fundamentais de finanças. Esta abordagem está em linha com

as orientações da OECD/INFE (2023) e com os modelos desenvolvidos por Lusardi e Mitchell (2011), Van Rooij et al. (2011) e Remund (2010).

Ao contrário das secções anteriores, que se centravam na perceção ou na prática declarada, esta secção foca-se no conhecimento técnico real dos inquiridos, através de perguntas com respostas objetivamente corretas ou incorretas, que permitem avaliar de forma mais rigorosa a capacidade dos gestores e empresários em compreender e aplicar conceitos económicos e financeiros básicos, mas críticos para a tomada de decisão empresarial.

As quatro questões incluídas abordam temas essenciais no domínio da literacia financeira: diversificação de investimentos, impacto da inflação, juros compostos e demonstrações financeiras. Todas as perguntas apresentam várias opções de resposta, incluindo a alternativa “não sei”, conforme sugerido por Lusardi e Mitchell (2011), para mitigar o enviesamento de resposta.

A primeira questão desta secção procura aferir o conhecimento sobre diversificação, um princípio essencial na gestão do risco financeiro. Segundo Lusardi e Mitchell (2011) a compreensão da diversificação é um dos pilares da literacia financeira, uma vez que permite reduzir o risco associado à volatilidade de ativos individuais. Empreendedores com literacia financeira mais baixa tendem a concentrar investimentos, expondo-se a maiores perdas. A questão permite avaliar se o inquirido compreende que alocar os recursos financeiros em múltiplos investimentos é mais seguro do que concentrá-los num único ativo.

A vigésima segunda questão deste questionário aborda o conceito de inflação e a sua influência sobre o poder de compra. Este conceito é crucial para uma correta análise financeira e para decisões de poupança e investimento no tempo. A questão simula uma situação realista com uma taxa de juro inferior à inflação, levando os inquiridos a refletirem sobre a erosão do valor real dos seus ativos financeiros. Segundo a OECD/INFE (2023), este é um dos conceitos que, apesar de básico, é frequentemente mal compreendido.

Segue-se uma questão a testar o cálculo de juros compostos, solicitando ao gestor ou empresário que estime o valor acumulado de um depósito após cinco anos. Trata-se de uma das questões mais emblemáticas na avaliação da literacia financeira, frequentemente considerada a como pergunta-chave em estudos internacionais, como no de Lusardi e Mitchell (2011). Van Rooij et al. (2011) salientam o entendimento do funcionamento dos juros compostos está diretamente relacionado com decisões mais acertadas de

financiamento, endividamento e investimento e que a incapacidade de aplicar este conceito pode levar a uma subavaliação de encargos financeiros ou a uma sobrevalorização de rendimentos futuros, comprometendo a sustentabilidade da empresa.

A última questão do questionário avalia o conhecimento dos gestores e empresários sobre demonstrações financeiras, ao solicitar a identificação, entre várias opções, qual a demonstração financeira que melhor reflete o desempenho de uma empresa ao longo de um determinado período. As alternativas incluem a Demonstração de Fluxos de Caixa, o Balanço, a Demonstração de Resultados e a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, bem como a opção “não sei”. A resposta considerada correta é a Demonstração de Resultados, uma vez que esta apresenta de forma sistemática os rendimentos, os gastos e os resultados do exercício, funcionando como principal instrumento de avaliação do desempenho económico-financeira das empresas. O motivo desta questão prende-se com a necessidade de avaliar se os gestores e empresários possuem noções elementares de contabilidade e de análise financeira, competências essenciais para interpretar a situação da empresa e sustentar decisões estratégicas. Enquanto a Demonstração de Fluxos de Caixa é fundamental para avaliar liquidez e capacidade de gerar meios financeiros, e o Balanço apresenta uma fotografia patrimonial num determinado momento, é a Demonstração de Resultados que permite perceber se a empresa criou valor ao longo de um período, traduzindo-se num resultado positivo ou negativo (Silva, 2019).

3.2. Tratamento dos Dados

Após a recolha dos questionários, os dados serão tratados e organizados, verificando-se numa primeira fase a consistência das respostas e procedendo-se à exclusão de omissões ou incoerências que possam comprometer a fiabilidade da análise, uma etapa essencial para assegurar a qualidade da base de dados, conforme Huston (2009) e OECD/INFE (2023).

De seguida, realiza-se uma análise descritiva da amostra com base nas respostas dos inquiridos. Esta análise permite caracterizar a amostra em termos sociodemográficos e empresariais e analisar as práticas e comportamentos financeiros dos gestores e empresários, incluindo a frequência de monitorização das contas bancárias, a utilização de produtos financeiros e os métodos de planeamento da tesouraria. Os resultados serão apresentados através de tabelas e gráficos, de modo a facilitar a sua interpretação e comparação.

Segue-se a construção de um índice de literacia financeira, categorizado em três níveis (baixo, médio e alto). Para a sua elaboração, as variáveis do questionário terão de ser recodificadas, nomeadamente através da transformação de algumas em binárias ou categóricas, e da atribuição de pontuações às respostas da parte 4. Esta recodificação possibilita a quantificação dos resultados individuais e, posteriormente, a sua classificação no referido índice, permitindo relacionar os níveis de literacia com diferentes características sociodemográficas da amostra, tal como já foi feito nos estudos de Chen e Volpe (1998), Huston (2009), Remund (2010) Lusardi e Mitchell (2011) e OECD/INFE (2023).

Posteriormente, realiza-se a análise comparativa entre os níveis de literacia financeira, de forma a identificar diferenças significativas entre os subgrupos da amostra tendo em conta características como o género, a idade e as habilitações literárias. Estudos nacionais e internacionais confirmam que estas características estão diretamente associadas aos níveis de literacia financeira (Chen & Volpe, 1998; Lusardi & Mitchell, 2011; Jappelli, 2010; OECD/INFE, 2023; Centeno et al., 2023). O objetivo é analisar e compreender a relação entre estas variáveis sociodemográficas e a literacia financeira, de modo a evidenciar os fatores que mais influenciam o seu nível.

Serão aplicados diferentes testes estatísticos, adequados à natureza das variáveis, com o objetivo de comparar grupos, identificar diferenças e analisar associações significativas entre fatores sociodemográficos e o nível de literacia financeira dos respondentes. O teste do Qui-quadrado de Pearson será utilizado para avaliar associações entre variáveis categóricas como o género e o nível de habilitações, complementado pelo coeficiente V de Cramer e pelo coeficiente Phi, que medem a força da intensidade das associações encontradas. Situações em que estão em causa variáveis ordinais ou de escala, por exemplo a faixa etária, recorre-se a análises de variância através do teste ANOVA. Em casos específicos, como na análise da relação entre habilitações literárias e literacia financeira, podem ainda considerados testes complementares, incluindo a razão de verossimilhança e a associação linear por linear. Estes procedimentos permitirão não apenas descrever padrões, mas também avaliar a significância estatística das diferenças e associações observadas, oferecendo uma visão mais robusta das determinantes da literacia financeira no estudo.

4. Análise de Resultados

4.1. Caracterização da amostra

No total foram obtidas 103 respostas. Após a verificação da consistência das respostas, apenas 92 respostas se revelaram válidas, pelo que são estas que constituem a amostra do presente estudo. A distribuição por género, figura 2, mostra a predominância do sexo masculino (63%), embora a representação do sexo feminino seja também considerável (37%). Esta composição da amostra por género vai ao encontro de resultados encontrados em estudos anteriores, como OECD/INFE (2023), que argumentam que os homens estão mais presentes em cargos de topo em Portugal e noutros países europeus.

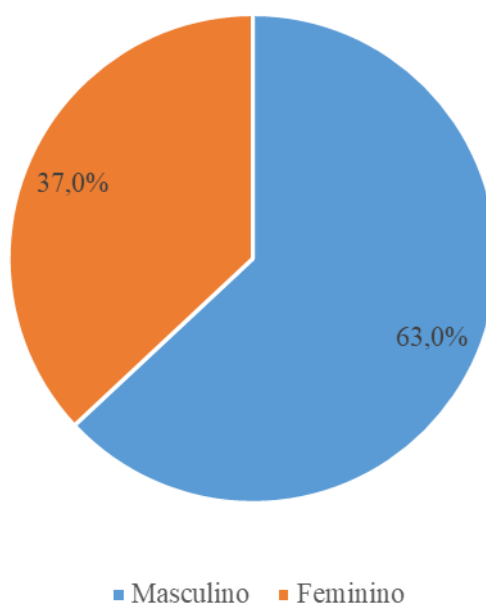


Figura 2 - Género dos respondentes

Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A figura 3 evidencia a distribuição etária dos inquiridos. É visível uma distribuição etária relativamente concentrada na população adulta em idade ativa. Apenas 2,2% dos inquiridos têm entre 18 e 25 anos, revelando uma participação muito reduzida de jovens gestores ou empresários. A faixa dos 26 aos 35 anos representa 9,8%, ainda minoritária, sugerindo que o envolvimento em cargos de gestão de micro e PME é pouco frequente em pessoas em início de carreira. O maior peso concentra-se entre os 36 e os 55 anos, com 25% entre os 36 e 45 anos e 33,7% entre os 46 e 55 anos, totalizando quase 60% da amostra. Este resultado confirma que a gestão em micro e PME tende a concentrar-se em indivíduos em idade intermédia, como também evidenciam também Domingos (2017) e Silva (2019), que

argumentam que a experiência associada à idade é determinante no exercício das funções de gestão. As faixas etárias mais altas são menos representativas, devido à proximidade da idade da reforma, embora ainda existam alguns casos.

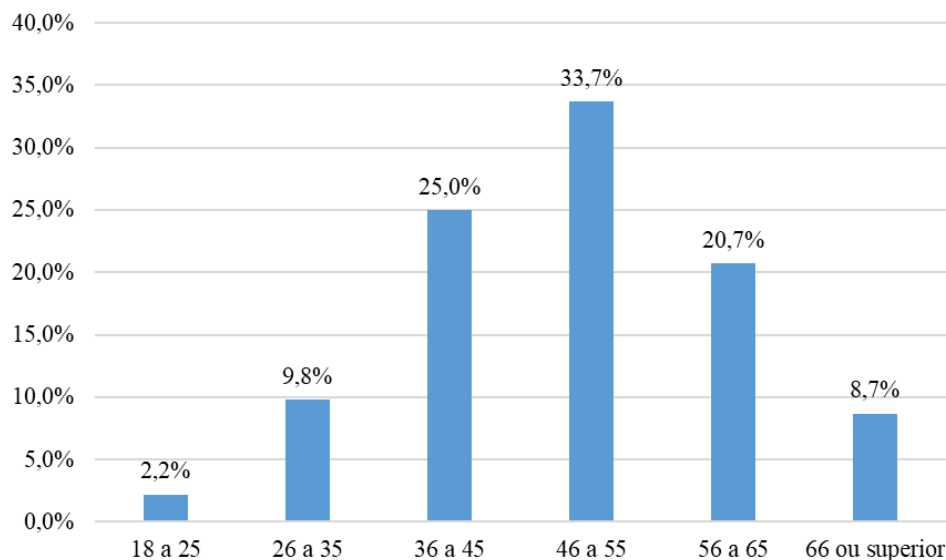


Figura 3 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Em termos de habilitações literárias, cerca de 70% dos respondentes têm ensino superior, Licenciatura ou Mestrado. Ainda assim 23% dos inquiridos possui apenas o ensino secundário com habilitação mais elevada. 51,1% dos inquiridos afirmou ter tido formação em temáticas relacionadas com empresas, economia ou finanças no ensino secundário ou superior. Por sua vez, quando questionados sobre formação específica através de cursos, atividades de empreendedorismo ou formações mais abrangentes em técnicas empresariais 55,4% respondeu afirmativamente.

Estes resultados apontam para uma diversidade de níveis de preparação formal, mas com uma presença expressiva de indivíduos com formação superior e contacto prévio com matérias financeiras, sendo que estas conclusões estão em linha com os relatórios nacionais sobre a literacia financeira (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023).

Relativamente à distribuição setorial, figura 4, existe uma predominância clara do setor de Outros Serviços que concentra 56,5% das respostas. Resultados similares foram encontrados em estudos anteriores para Portugal, como os relatórios de literacia financeira conduzidos

pelo Banco de Portugal, que confirmam que a maioria das empresas portuguesas se enquadra em setores de serviços, reforçando a sua centralidade no tecido económico nacional (Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023).

Os restantes setores apresentam uma menor expressão, destacando-se os setores de alojamento, restauração e similares (10,9%) e construção e atividades imobiliárias (10,9%) que são setores que tradicionalmente acolhem um número elevado de pequenas empresas sendo que muitos destes negócios têm base familiar e exigem menos capital inicial, o que favorece a sua dispersão em pequenas unidades, tal como apontam o INE (2025) e Oliveira (2023)

Seguem-se o comércio por grosso e transportes (7,6%) e a indústria extrativa e transformadora (7,6%), que embora menos representativos no inquérito, são setores essenciais para a dinâmica económica. Atividades com expressão menor incluem energia e saneamento (3,3%), comunicação (2,2%) e agricultura, silvicultura e pesca (1,1%).

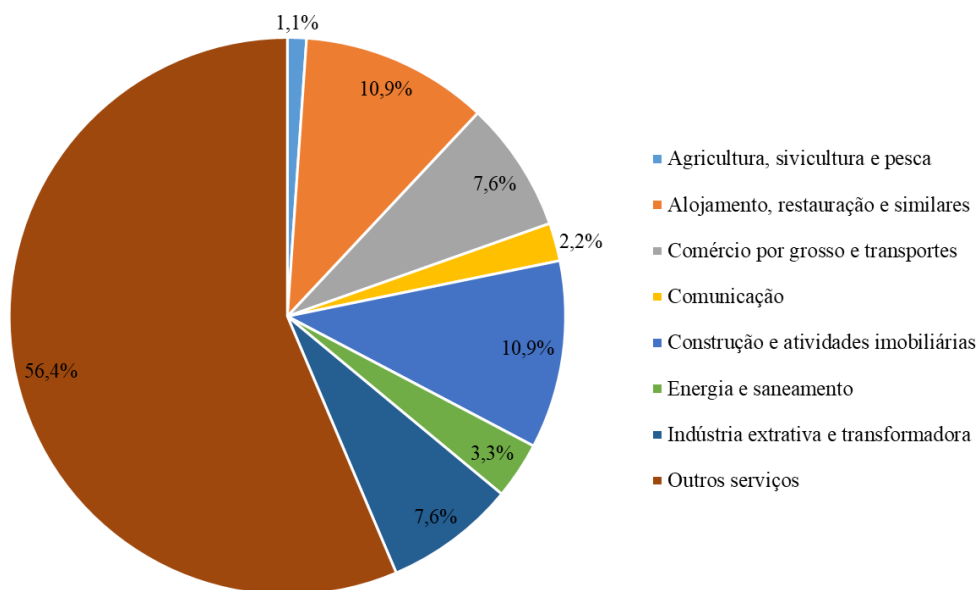


Figura 4 - Distribuição dos empresários por setor de atividade

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A distribuição do volume de negócios (tabela 1) evidencia uma forte concentração nas micro e pequenas empresas, com destaque para aquelas que faturam entre 100.001€ e 250.000€, representando 30,4% da amostra. 23,9% dos inquiridos colaboram em empresas que faturam entre 50.001€ a 100.000€ e 10,9% em empresas com faturação até 50.000€. Empresas que faturam entre 250.001€ e 500.000€ correspondem apenas 7,6% da amostra.

Tabela 1 - Volume de negócios das empresas em 2024

Volume de negócios	Percentagem (%)
Até 50.000€	10,9
Entre 50.001€ e 100.000€	23,9
Entre 100.001€ e 250.000€	30,4
Entre 250.001€ e 500.000€	7,6
Entre 500.001€ e 1.000.000€	12
Superior a 1.000.000€	15,2

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Quanto ao número de trabalhadores, o grupo mais representativo é o das empresas com 2 a 4 trabalhadores (47,8%), seguido pelas que possuem 5 a 9 trabalhadores (18,5%) e pelos trabalhadores por conta própria (15,2%), ou seja, micro e pequenas empresas. As empresas com maior dimensão são residuais.

Esta configuração reflete a realidade do tecido empresarial português, onde as microempresas representam a esmagadora maioria das unidades produtivas, caracterizando-se por baixo volume de negócios e reduzido número de trabalhadores (INE, 2025).

A análise do ano de fundação das empresas (tabela 2) mostra que a maioria dos respondentes colaboram em empresas relativamente recentes. A média corresponde ao ano de 2008 e a mediana de 2012, indica que mais de metade das empresas iniciou atividade a partir desta data, reforçando o peso de negócios criados nas últimas duas décadas.

A amplitude de 76 anos (1948–2024) evidencia, contudo, uma grande dispersão temporal, com a coexistência de empresas muito antigas, já consolidadas no mercado, e de empresas fundadas muito recentemente, ainda em fase de desenvolvimento.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas relativas ao ano de início de atividade dos empresários inquiridos

Estatísticas	Valor
Média	2008
Mediana	2012
Amplitude	76
Mínimo	1948
Máximo	2024

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

O perfil temporal da amostra confirma uma forte concentração de negócios criados nas últimas duas décadas, refletindo a tendência de renovação do tecido empresarial português. A maioria dos inquiridos (50%) é proprietário de empresas há mais de 10 anos, revelando uma experiência consolidada na gestão de negócios. 20,7% possuem entre 5 e 10 anos de experiência e 19,6% entre 2 e 5 anos, evidenciando também um peso relevante de empresários em fases intermédias. Em contrapartida, apenas 3,3% têm menos de dois anos de experiência, o que mostra que novos empreendedores representam uma minoria na amostra.

4.2. Inclusão financeira e gestão de contas bancárias

Conforme a figura 5, a maioria dos gestores e empresários da amostra (52,2%) afirma controlar diariamente os movimentos e o saldo da conta bancária da empresa, revelando uma gestão financeira de proximidade. O inquérito à literacia financeira das micro e PME conduzido por Centeno et al. (2021) confirma que os gestores e empresários deste tipo de empresas assumem diretamente a monitorização da gestão financeira corrente, evidenciando uma cultura de controlo diário. Outros 32,6% fazem-no mais do que uma vez por semana, o que significa que praticamente 85% dos inquiridos monitorizam a tesouraria regularmente.

Já 12% verificam os movimentos apenas algumas vezes por mês e percentagens residuais indicam controlo menos frequente (1,1%) ou mesmo ausência de acompanhamento (2,2%). Estes dados evidenciam uma forte cultura de controlo financeiro no dia a dia das empresas, provavelmente associada ao predomínio de micro e pequenas entidades, em que os proprietários assumem diretamente a gestão da tesouraria e o acompanhamento das finanças correntes.

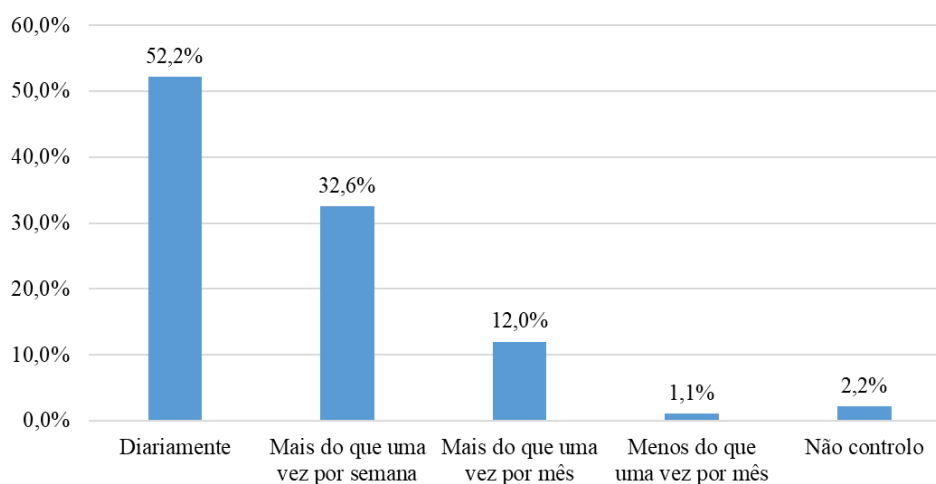


Figura 5 - Frequência de controlo da conta bancária

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A análise dos resultados apresentados na figura 6 permite distinguir entre o nível de conhecimento dos produtos financeiros (ouviu falar) e a sua utilização efetiva nas empresas.

No que respeita ao conhecimento, verifica-se que a maioria dos gestores e empresários de micro e PME demonstra familiaridade com os produtos financeiros mais tradicionais. Destacam-se o leasing (70,7%), o empréstimo bancário (66,3%), as linhas de crédito (64,1%) e o cartão de crédito (60,9%), bem como os seguros multirriscos (48,9%). Este padrão evidencia que os gestores e empresários reconhecem sobretudo os instrumentos amplamente difundidos no mercado e associados ao financiamento bancário ou à proteção contra riscos. Em contrapartida, produtos de maior complexidade apresentam valores muito reduzidos de reconhecimento, como os derivados (7,6%), o capital de risco/business angels (6,5%) e o financiamento em mercado de capitais (4,3%).

No que concerne à utilização efetiva, observa-se uma concentração clara em instrumentos de proteção e cobertura de riscos. Os produtos mais utilizados são os seguros multirriscos (68,5%), os seguros de responsabilidade civil (65,2%), os seguros de interrupção da atividade (62,0%) e os seguros de vida do proprietário (55,4%). Já os instrumentos orientados para financiamento ou gestão de liquidez, como leasing (31,5%), cartão de crédito (47,8%) e empréstimos bancários (47,8%), apresentam utilização relevante, ainda que inferior ao nível de conhecimento. Produtos mais sofisticados, como factoring (9,8%), obrigações (7,6%), capital de risco/business angels (6,5%) e financiamento em mercados de capitais (4,3%), são utilizados por uma minoria residual. O inquérito de Costa et al. (2015) encontrou dados similares, ou seja, a predominância do conhecimento e uso de soluções de financiamento de curto e médio prazo, bem como a centralidade dos seguros como mecanismos de proteção. Mais recentemente, os relatórios de 2020 e 2023 reforçam este padrão, evidenciando que os níveis de literacia financeira e de utilização de produtos se concentram em instrumentos básicos, enquanto produtos de mercado de capitais, derivados ou capital de risco permanecem praticamente ausentes das escolhas financeiras das empresas (Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023).

Por contraste, verifica-se baixa utilização de produtos de maior sofisticação ou de mercado de capitais. Apenas 19,6% recorrem a linhas de crédito protocoladas com o Estado, 15,2% utilizam letras ou livranças, 9,8% recorrem a factoring, 7,6% a obrigações ou derivados e 6,5% a capital de risco ou *business angels*. O financiamento no mercado de capitais é praticamente inexistente, com apenas 4,3% dos inquiridos a reportarem utilização. Estes

dados mostram que, embora haja conhecimento sobre a existência desses instrumentos, onde cerca de 70% dizem ter ouvido falar de obrigações, derivados ou capital de risco, a sua incorporação na gestão financeira das empresas é mínima, em linha com os resultados já identificados para a população portuguesa em geral por Costa et al. (2015) e Banco de Portugal (2011).

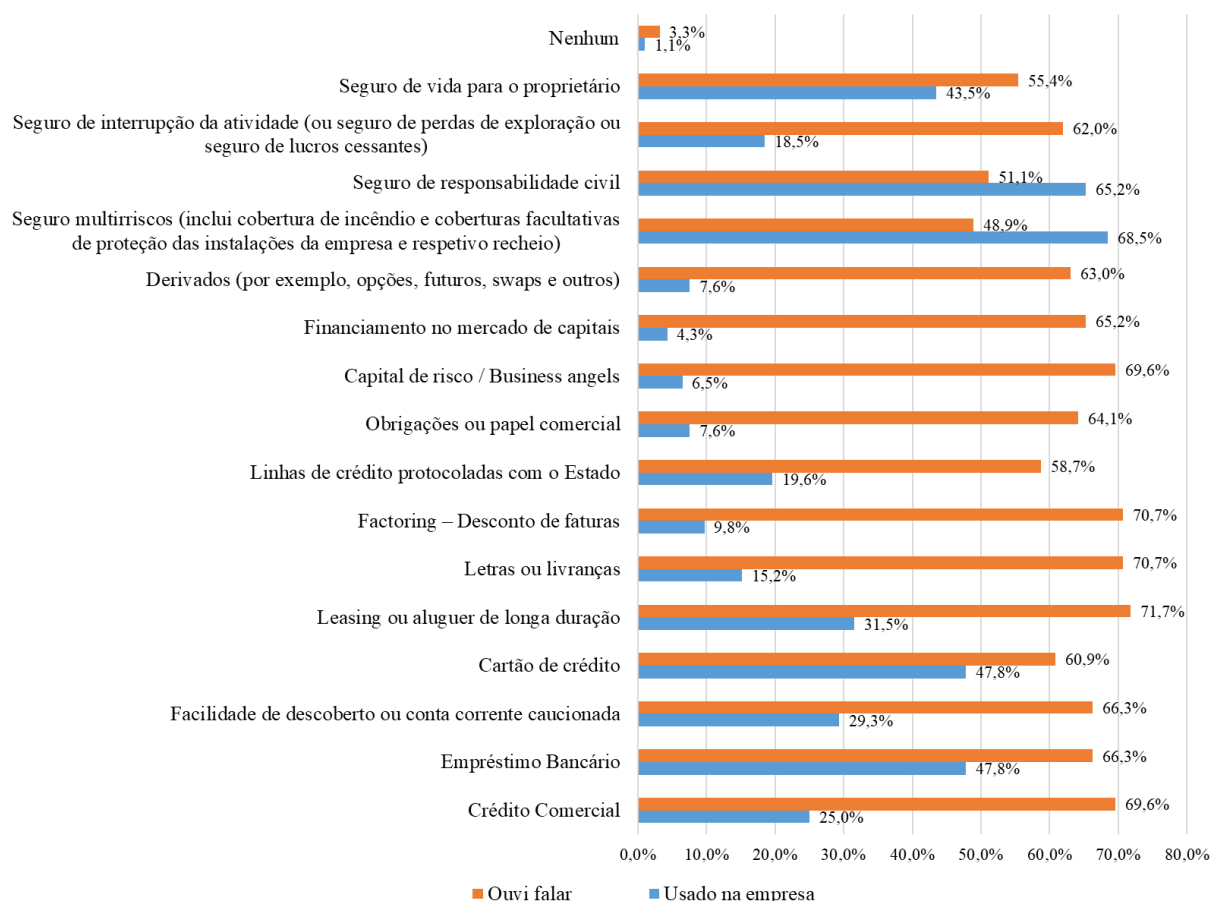


Figura 6 - Conhecimento dos produtos financeiros e a sua utilização nas empresas

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Quando questionados os gestores e empresários das empresas sobre a forma como efetuaram a escolha mais recente de um produto ou serviço financeiro, a maioria (60,9%) afirmou ter considerado opções de diferentes instituições antes de tomar a decisão, evidenciando uma postura comparativa na procura de melhores condições (figura 7).

Uma parte relevante (17,4%) limitou-se a analisar várias opções dentro da mesma instituição, demonstrando alguma abertura, mas com um horizonte restrito de alternativas. Já 14,1% não consideraram quaisquer outras opções, o que sugere decisões assentes em confiança prévia ou em rotinas estabelecidas. Um grupo menor (5,4%) tentou procurar outras

opções, mas não encontrou alternativas adequadas, enquanto 2,2% não souberam ou não quiseram responder.

Os resultados obtidos estão em linha com os relatórios nacionais de literacia financeira, que demonstram que os indivíduos e gestores e empresários portugueses adotam diferentes estratégias na escolha de produtos financeiros, variando entre a comparação ativa de opções em várias instituições, a análise restrita dentro da mesma entidade ou a ausência de procura de alternativas (Banco de Portugal, 2011; Centeno et al., 2021; Costa et al., 2015).

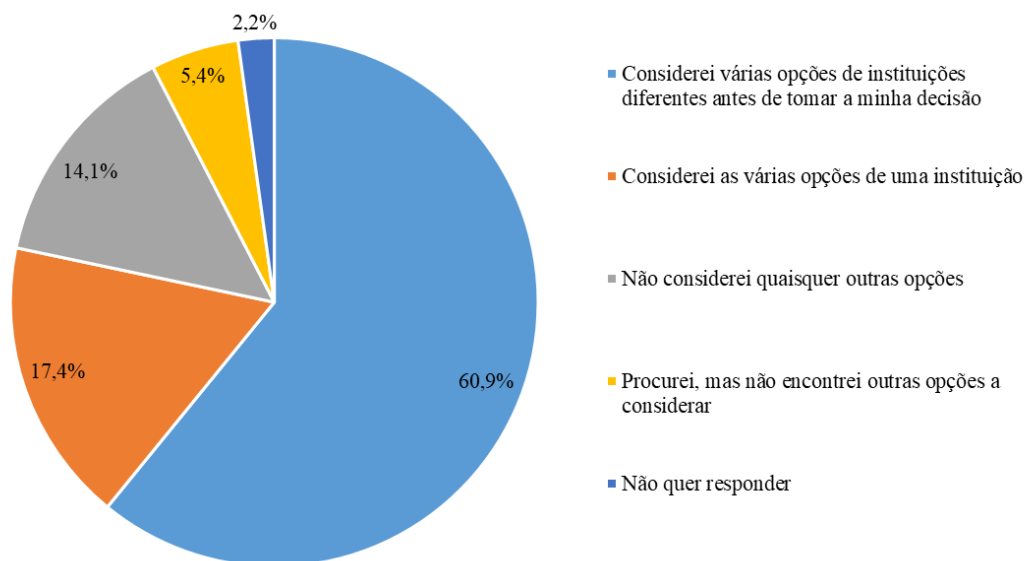


Figura 7 - Diferentes formas de escolha de produtos ou serviços financeiros pelos gestores e empresários

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

4.3. Planeamento financeiro e gestão de tesouraria

Relativamente à procura de apoio externo em questões financeiras nos últimos 24 meses, a maioria dos gestores e empresários afirmaram ter pedido ajuda sobretudo em temas de contabilidade (76,1%) e impostos (59,8%), evidenciando uma forte dependência da assessoria fiscal e contabilística para cumprimento de obrigações legais e fiscais.

Questões mais estratégicas, como avaliação do desempenho financeiro (33,7%), gestão de tesouraria (32,6%) ou acesso a financiamento externo (25,0%), são menos abordadas, sugerindo que muitos empresários e gestores ainda veem a função financeira numa ótica de cumprimento regulatório, mais do que como ferramenta de gestão estratégica. Apenas 20,7% pediram ajuda para avaliação de riscos, apontando para uma lacuna crítica na antecipação de ameaças financeiras e operacionais.

Quanto a quem apoiou as decisões financeiras, os dados confirmam a centralidade do contabilista externo (60,9%), seguido de família e amigos (41,3%) e de parceiros de negócio (39,1%). Intermediários financeiros como bancos (26,1%) e consultores financeiros externos (20,7%) têm um papel menos expressivo, enquanto organismos públicos são praticamente irrelevantes (3,3%). Resultados semelhantes são destacados por Chen e Volpe (1998) e OECD/INFE (2023), que verificaram a tendência dos indivíduos em recorrer a fontes pessoais e informais em detrimento de aconselhamento profissional, sendo o papel dos consultores especializados ou de organismos públicos residual. Também Fox et al. (2005) e Remund (2010) sublinham que a falta de integração de políticas públicas robustas em matéria de literacia financeira contribui para a predominância destas fontes informais de apoio à decisão.

No que respeita à forma como os gestores e proprietários controlam os registos financeiros da empresa verifica-se, observando a figura 8, um predomínio do recurso a ferramentas digitais. Os dados revelam que 66,3% dos inquiridos recorrem a formatos eletrónicos (folhas de cálculo em Excel ou software específico), o que indica uma tendência positiva de digitalização e maior eficiência na gestão da informação financeira indo assim ao encontro do relatório elaborado por Centeno et al. (2021).

Por outro lado, 23,9% dos respondentes delegam integralmente esta função a terceiros, por exemplo a contabilistas, reforçando a ideia de que, em muitas empresas de menor dimensão, a gestão financeira continua a ser encarada sobretudo como uma obrigação de reporte fiscal e contabilístico.

Ainda que minoritárias, práticas como a utilização de registos em papel (5,4%), a memorização (2,2%) ou a ausência de qualquer controlo (2,2%) revelam fragilidades estruturais graves. Segundo Fernandes (2015), estes comportamentos são mais frequentemente associados a microempresas com reduzidos recursos administrativos, mas comprometem seriamente a capacidade de monitorizar fluxos financeiros, de responder a exigências legais e de sustentar processos de planeamento.

Quando questionados sobre a utilização de produtos financeiros para gerir excedentes temporários de tesouraria, os empresários revelam um perfil predominantemente conservador e de baixa diversificação, com preferência por instrumentos de menor risco, como os depósitos a prazo, e reduzido recurso a instrumentos de mercado. Esta evidência vai ao encontro do que estudos anteriores têm apontado: a baixa literacia financeira dos

gestores e empresários tende a reforçar escolhas prudentes e pouco sofisticadas, centradas em produtos bancários tradicionais (Chen & Volpe, 1998; Huston, 2009).

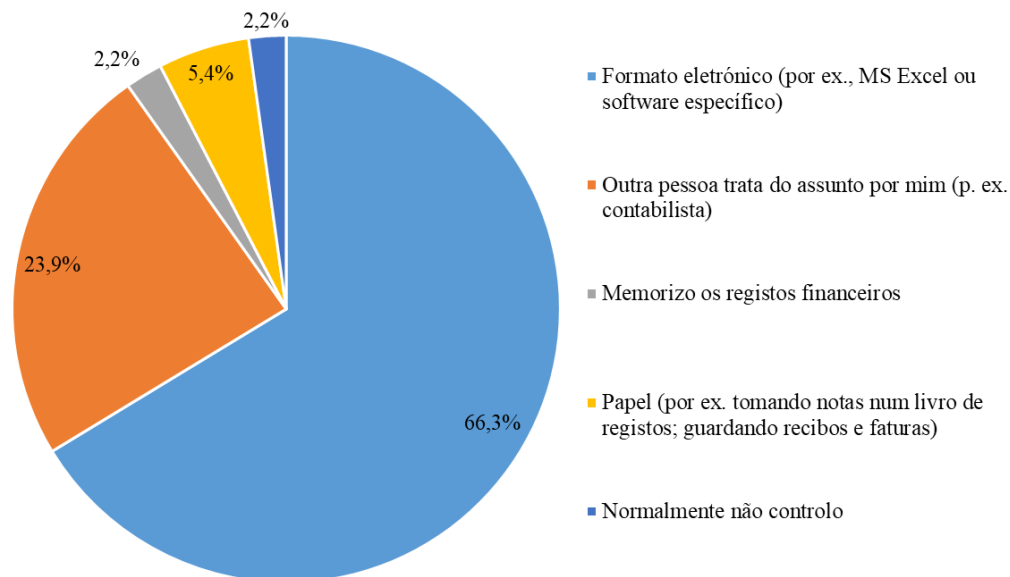


Figura 8 - Sistemas de controlo financeiro utilizados pelos empresários

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Percebe-se, por observação do gráfico da figura 9, que os depósitos a prazo continuam a ser o produto financeiro mais utilizado pelos gestores e empresários inquiridos. No total, 38,1% referiram utilizá-los frequentemente, sendo 28,3% na categoria “sempre” e 9,8% em “muitas vezes”. Contudo, apesar deste destaque, observa-se também que 38,0% nunca recorrem a este instrumento, enquanto 6,5% o utilizam apenas algumas vezes e 9,8% raramente.

O que respeita às ações, o recurso a este tipo de produto é significativamente mais reduzido. Apenas 10,9% dos inquiridos declararam utilizá-las “sempre” e 4,3% “muitas vezes”, perfazendo 15,2% de uso frequente. Em contrapartida, uma larga maioria, 57,6%, afirmou nunca recorrer a ações, enquanto 5,4% assinalaram “algumas vezes” e igual proporção “raramente”.

As obrigações apresentam uma tendência muito semelhante às ações, registando apenas 15,3% de utilização frequente (12,0% “sempre” e 3,3% “muitas vezes”). Outros 6,5% mencionaram utilizá-las ocasionalmente, enquanto a maioria dos respondentes, 58,7%, afirmou nunca recorrer a este tipo de produto.

O mesmo se observa relativamente ao produto denominado “Hot Money”, cuja utilização é praticamente residual, com apenas 9,8% declararam uso frequente, contrastando com cerca de 57,6% que afirmou nunca recorrer a esta opção. Este resultado é coerente com o

identificado em inquéritos nacionais de literacia financeira, onde uma fatia significativa das respostas evidencia desconhecimento ou falta de familiaridade com instrumentos financeiros mais complexos (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023). Acresce ainda uma proporção significativa de 28,3% de respostas “NS” (não sabe), indicador de desconhecimento.

Na categoria “Outro”, que visava captar soluções alternativas não explicitadas no questionário, apenas 16,3% reportaram uso frequente, ao passo que mais de 41% nunca recorreram a qualquer outra opção. Este resultado sugere que, embora algumas empresas utilizem produtos financeiros distintos dos listados, estas práticas são residuais e não representam uma tendência consolidada.

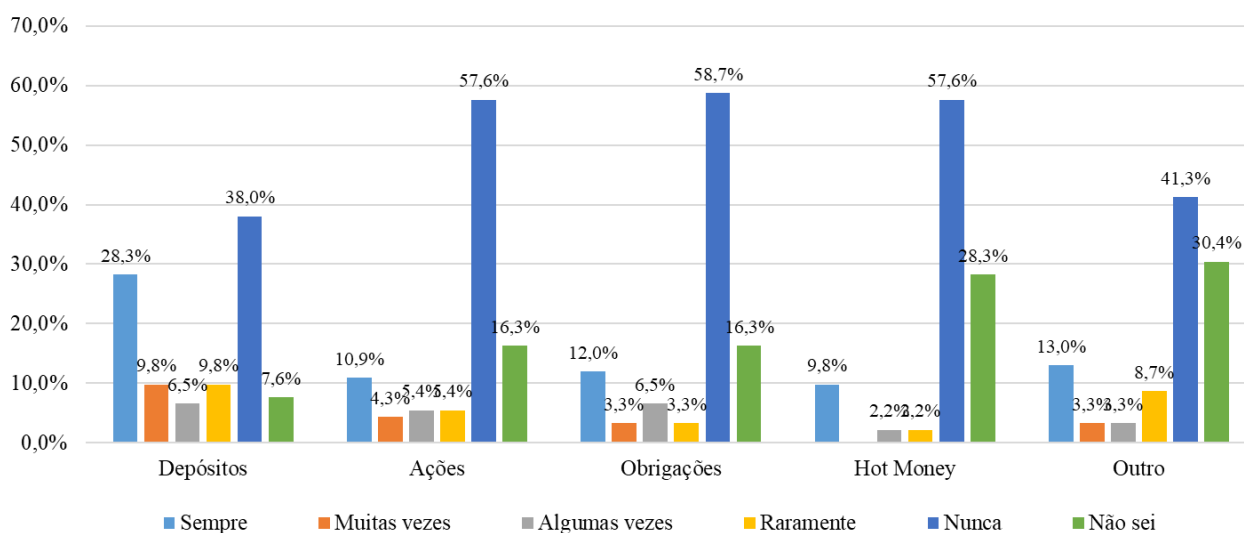


Figura 9 - Frequência de utilização de produtos financeiros pelos gestores e empresários

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A figura 10 sintetiza as perceções dos gestores e empresários relativamente a um conjunto de práticas de gestão, financeiras e de planeamento estratégico. As respostas foram recolhidas com base numa escala de 1 a 4, onde 1 corresponde a “discordo totalmente” e 4 a “concordo totalmente”, incluindo ainda a opção “não quer responder”. Esta representação permite observar a distribuição das opiniões face a diferentes dimensões da gestão empresarial, nomeadamente a manutenção de dados fidedignos, a análise comparativa de fontes de financiamento, a realização de previsões de rendibilidade, a adaptação ao contexto económico e a consideração de impactos ambientais e sociais nos investimentos.

Da análise da figura, constata-se que existe um elevado nível de concordância relativamente à importância da informação e da gestão financeira. A afirmação “Mantenho os dados e a

informação fidedigna sobre a empresa” destaca-se com 77,2% de concordância total, confirmando que a grande maioria dos inquiridos reconhece a relevância da qualidade e fiabilidade da informação na tomada de decisão.

De igual modo, 54,3% dos participantes afirmam concordar totalmente com a comparação de diferentes fontes de financiamento, revelando uma postura de racionalidade financeira e de procura pelas melhores condições de acesso a capital.

Quanto às práticas de planeamento e de antecipação de resultados, observa-se que 48,9% dos gestores e empresários realizam regularmente previsões de rendibilidade esperada, embora aqui se verifique maior dispersão nas respostas, com 12% a discordar totalmente desta prática.

Em relação à adaptação ao contexto económico, 44,6% concordam totalmente em ajustar o planeamento, e 37% manifestam concordância parcial, evidenciando uma prática significativa, mas ainda não consolidada de forma homogénea.

Tais indicadores sinalizam a existência de uma orientação clara para a racionalidade económica, a prevenção de desequilíbrios financeiros e a adaptação às flutuações externas, aspetos já identificados na literatura como centrais para a sobrevivência e competitividade empresarial (Chen & Volpe, 1998; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023)

As preocupações ambientais e sociais apresentam valores de concordância total mais baixos, em particular no que respeita à consideração do impacto ambiental (35,9%) e social (33,7%) nos investimentos.

A prática menos disseminada refere-se ao envolvimento de fornecedores em ações de impacto ambiental reduzido, com apenas 23,9% de concordância total, contrastando com 28,3% de discordância total.

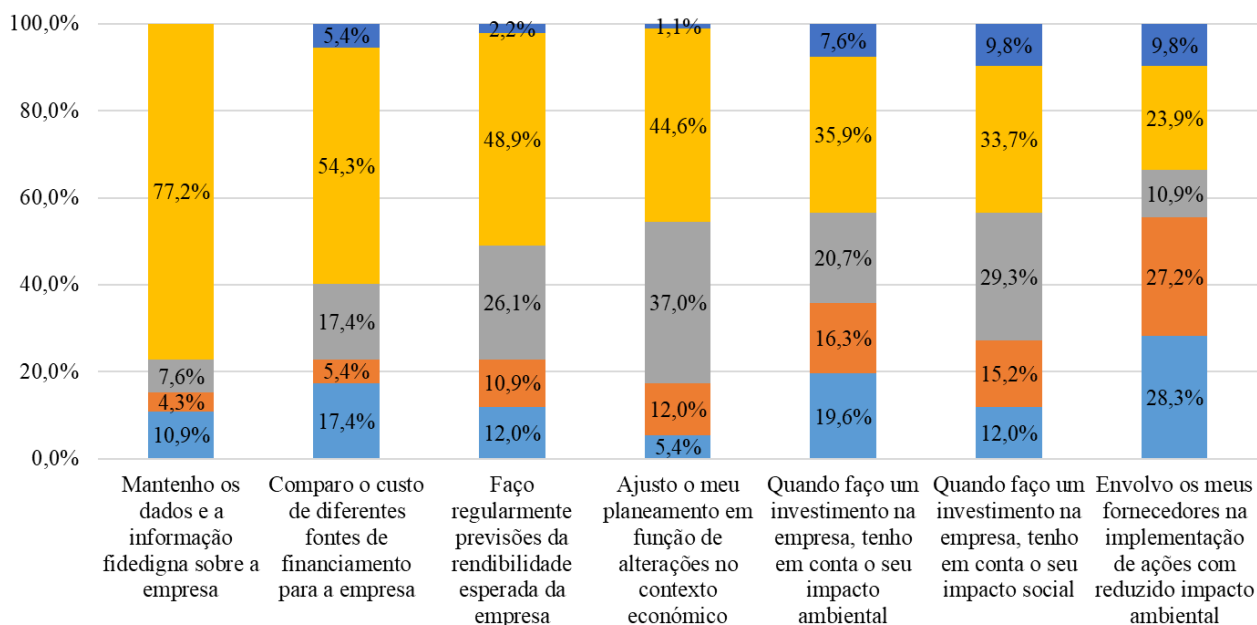


Figura 10 - Atitudes Empresariais perante a Gestão Económica, Social e Ambiental

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Deste modo, os resultados permitem identificar um perfil dual: por um lado, uma gestão orientada para o rigor, o planeamento e a eficiência, apoiada em instrumentos de controlo financeiro bem assimilados; por outro, uma menor integração de critérios ambientais, sociais e governamentais que permanecem na periferia da tomada de decisão.

Tal realidade é particularmente relevante em empresas de menor dimensão, onde as preocupações de curto prazo, como liquidez, rentibilidade e custos de financiamento, tendem a sobrepor-se a objetivos de sustentabilidade de médio e longo prazo, reforçando o diagnóstico de que a literacia financeira tradicional se encontra mais enraizada do que a literacia financeira orientada para a sustentabilidade (Oliveira, 2023).

4.4. Compreensão financeira

A última dimensão do questionário pretendia aferir o nível de literacia financeira objetiva dos gestores e empresários, através da avaliação de quatro conceitos fundamentais: diversificação de investimentos, impacto da inflação, cálculo de juros compostos e interpretação de demonstrações financeiras.

Quanto ao conhecimento sobre a diversificação de investimentos, os participantes foram desafiados a identificar a forma mais segura de aplicar dinheiro guardado, sendo a resposta correta a distribuição dos recursos por múltiplos investimentos. Observando a figura 11

conclui-se que os resultados foram bastante positivos: 90,2% dos gestores e empresários, em linha com a literatura na área que identifica a diversificação como um dos pilares da literacia financeira e da tomada de decisão eficiente em mercados financeiros (Abreu & Mendes, 2010; Van Rooij et al., 2011). Em contraste, apenas 3,26% optariam por aplicar todo o montante num único investimento e 6,52% dos respondentes afirmam não saber qual a opção mais segura, o que indica a presença de algumas lacunas de conhecimento financeiro no tecido empresarial analisado.

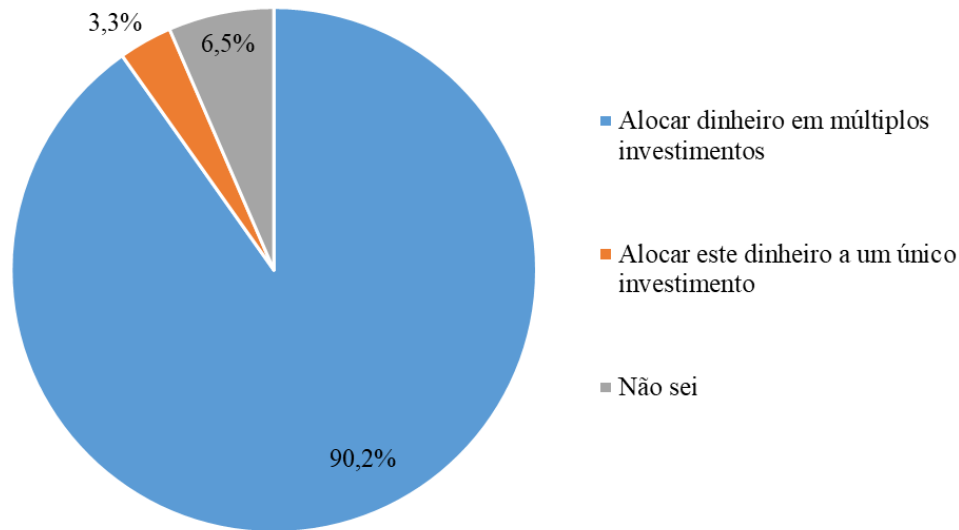


Figura 11 - Preferências de alocação de poupança dos gestores e empresários

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A segunda questão deste grupo centrou-se no efeito da inflação sobre o poder de compra. Foi apresentado o cenário de uma poupança remunerada a uma taxa de juro inferior à taxa de inflação, sendo necessário reconhecer que o montante acumulado no futuro teria menor capacidade de compra do que no presente. A taxa de acerto foi ainda mais elevada, atingindo 91,3%, o que confirma a consolidação deste conhecimento entre a maioria dos inquiridos. Este resultado sugere que os gestores e empresários possuem consciência prática de como a inflação reduz o valor real da moeda, facto essencial para a gestão de preços, definição de margens de rentabilidade e decisões de investimento no dia a dia das empresas. Estudos internacionais corroboram esta evidência, destacando a inflação como um dos conceitos mais intuitivos e assimilados pelos inquiridos em diferentes países (Jappelli, 2010; Lusardi & Mitchell, 2011; OECD/INFE, 2023).

A terceira questão abordou o conceito de juros compostos, através da análise de um depósito aplicado a uma taxa de juro anual, acumulado por dois anos consecutivos. A opção correta implicava compreender que o valor final seria superior a 150 euros, refletindo o efeito da

capitalização. Apesar de a maioria ter respondido de forma correta (73,9%), cerca de um quarto dos inquiridos falhou a questão. Esta descida na taxa de acerto, em comparação com as perguntas anteriores, está em consonância com estudos que demonstram que o cálculo numérico aplicado a conceitos matemáticos, nomeadamente no caso dos juros compostos, é uma das maiores dificuldades da literacia financeira (Chen & Volpe, 1998; Huston, 2009).

Este resultado pode ter implicações práticas relevantes, uma vez que a compreensão insuficiente do conceito de capitalização pode comprometer decisões de financiamento, endividamento ou investimento. Lusardi e Mitchell (2011) e Van Rooij et al. (2011) salientam que indivíduos que não dominam este conceito tendem a subestimar o custo efetivo de créditos ou a sobrevalorizar o rendimento futuro de aplicações, aumentando o risco de escolhas financeiras inadequadas.

Por fim, a quarta questão solicitava a identificação da demonstração financeira mais adequada para avaliar o desempenho de uma empresa. A opção correta - Demonstração de Resultados, foi indicada por 70,7% dos inquiridos, tal como é possível visualizar na figura 12. Embora a maioria tenha respondido corretamente, quase um terço dos gestores e empresários não reconheceu este instrumento como o principal meio para avaliar margens, gastos e rendibilidade. Esta limitação é particularmente relevante, uma vez que a Demonstração de Resultados constitui um dos elementos centrais da contabilidade empresarial e é recorrentemente utilizada como indicador de literacia financeira em estudos nacionais promovidos já promovidos (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023).

Os resultados confirmam evidências anteriores de que, em contextos de pequenas e médias empresas, a capacidade de análise e interpretação de informação contabilística continua a ser um dos domínios mais frágeis da literacia financeira dos gestores e empresários (Fernandes, 2015; Domingos, 2017).

Entre os gestores e empresários que não selecionaram a opção correta, a resposta mais frequente foi o Balanço com cerca de 18,5%, seguida da Demonstração de Fluxos de Caixa com 4,3%. Este padrão revela uma tendência de confusão entre instrumentos de natureza distinta: enquanto o Balanço fornece uma fotografia patrimonial num determinado momento, a Demonstração de Fluxos de Caixa evidencia as entradas e saídas de liquidez, é a Demonstração de Resultados que traduz o desempenho económico-financeiro da empresa ao longo de um período, permitindo avaliar margens, custos e rentabilidade.

Como referem Gouws e Shuttleworth (2009), a interpretação incorreta da informação contabilística compromete as decisões de gestão, fenómeno também identificado por Domingos (2017) no contexto das microempresas portuguesas. Do mesmo modo, Fernandes (2015), Oliveira (2023) e Silva (2019) evidenciam que a insuficiente literacia financeira conduz frequentemente à confusão entre liquidez e rendibilidade, explicando a associação incorreta da Demonstração de Fluxos de Caixa ao desempenho global da empresa.

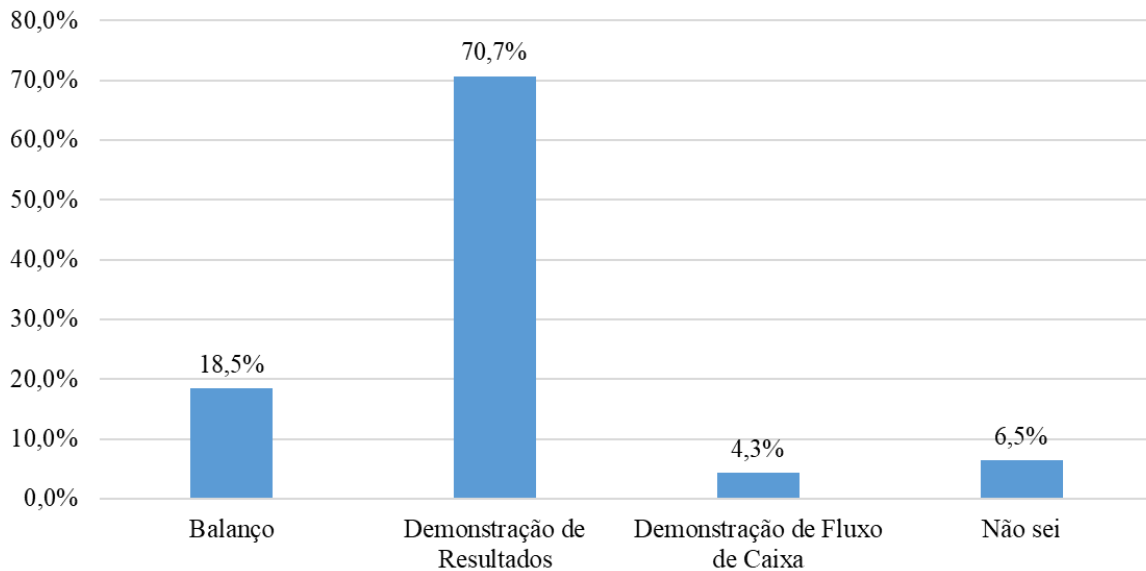


Figura 12 - Percepção sobre a Demonstração Financeira mais representativa

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SPSS

4.5. Recodificação de variáveis

De forma a analisar a literacia financeira de forma objetiva, procedeu-se a um processo de recodificação e categorização das variáveis originais do questionário. Tal procedimento segue a metodologia consolidada na literatura, em que as respostas a questões-chave de literacia financeira são codificadas de forma binária (1 = correta; 0 = incorreta) e posteriormente agregadas num índice global (Chen & Volpe, 1998; Huston, 2009; Lusardi & Mitchell, 2011).

A partir destas variáveis binárias foi construído um índice global de literacia financeira, obtido através da soma dos acertos individuais de cada questão, resultando numa escala de variação entre 0 (nenhuma resposta correta) e 4 (todas as respostas corretas). Este índice permite avaliar, de forma sintética, o nível de conhecimentos financeiros básicos detido por cada respondente. A utilização deste tipo de índice é considerada uma prática robusta para medir conhecimentos financeiros (Huston, 2009; Lusardi & Mitchell, 2011).

Com o objetivo de facilitar a interpretação dos resultados e possibilitar análises comparativas entre grupos, este índice foi posteriormente categorizado em três níveis de literacia financeira: baixo (0 respostas corretas), médio (1–2 respostas corretas) e alto (3–4 respostas corretas). Esta categorização em níveis é igualmente recomendada pela OECD/INFE (2023) permitindo análises comparativas entre populações e segmentos sociodemográficos.

A análise da consistência interna dos quatro itens que compõem a escala de literacia financeira resultou num coeficiente Alfa de Cronbach de 0,557. Este valor, embora abaixo do limiar convencional de 0,70 considerado aceitável na literatura, indica uma fiabilidade interna moderada, ainda que limitada. Tal resultado sugere que os itens partilham alguma variância comum, mas também evidenciam heterogeneidade, o que pode estar associado à diversidade de competências avaliadas em cada questão (segurança financeira, inflação, juros compostos e demonstrações financeiras). As correlações corrigidas (tabela 3) variaram entre 0,320 e 0,407, sugerindo que cada questão contribui de forma relevante, mas não fortemente homogénea, para a medida global. Verificou-se igualmente que a exclusão de qualquer item não aumentaria de forma substancial o valor do alfa, que oscilou entre 0,452 e 0,519 nesses cenários. Este resultado pode ser parcialmente explicado pelo número reduzido de itens (apenas quatro), dado que escalas mais curtas tendem a apresentar coeficientes de consistência interna mais baixos.

Tabela 3 - Estatísticas de fiabilidade (Alfa de Cronbach)

	Correlação corrigida	Alfa de Cronbach se o item for excluído
Considera mais seguro alocar o dinheiro a um investimento ou a múltiplos investimentos?	0,407	0,452
Inflação (taxa de juro 1% vs inflação 2%)	0,352	0,492
Juros compostos (capitalização a 10% durante 5 anos)	0,35	0,484
Demonstrações financeiras (avaliação de desempenho)	0,32	0,519

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A utilização de variáveis recodificadas e categorizadas não só simplifica a apresentação descritiva dos dados, como também permite a aplicação de testes estatísticos adequados para explorar associações entre a literacia financeira e diferentes características sociodemográficas, contribuindo para uma análise mais robusta e interpretativa dos resultados. Este tipo de abordagem já foi aplicado em estudos de referência sobre literacia financeira, nomeadamente Chen e Volpe (1998) e Van Rooij et al. (2011).

A análise gráfica da figura 13 evidencia uma clara assimetria a favor dos níveis mais elevados de desempenho. Dos 92 gestores e empresários inquiridos, apenas 3,3% foram classificados com literacia baixa e 15,2% situaram-se no nível médio, enquanto a grande maioria (81,5%) integrou a categoria de literacia alta, revelando um predomínio expressivo de competências financeiras consolidadas no universo em estudo.

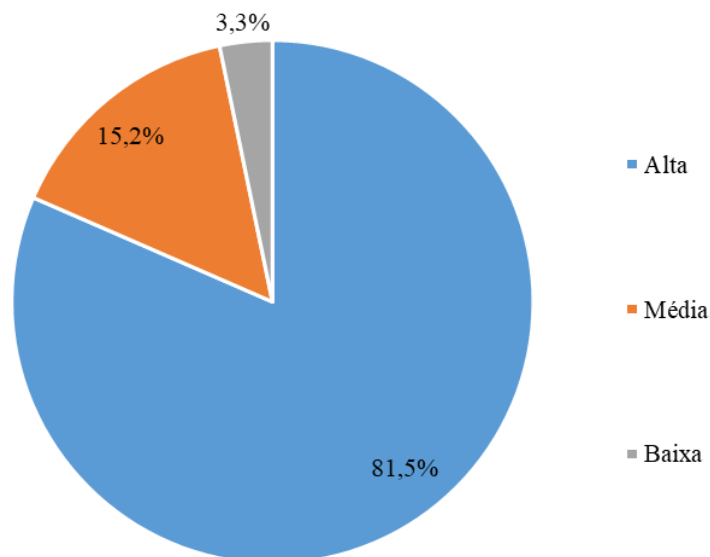


Figura 13 - Níveis de Literacia Financeira divididos em categorias

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A distribuição detalhada do número de respostas corretas reforça esta tendência. Considerando a figura 14, observa-se que 3,3% da amostra não respondeu corretamente a nenhuma questão e 2,2% acertou apenas uma, ao passo que 13,0% obteve duas respostas corretas.

Em contraste, a larga maioria demonstrou um domínio acentuado dos conceitos avaliados: 28,3% acertaram em três questões e 53,3% alcançaram a pontuação máxima de quatro respostas corretas, perfazendo mais de 80% da amostra com três ou mais acertos.

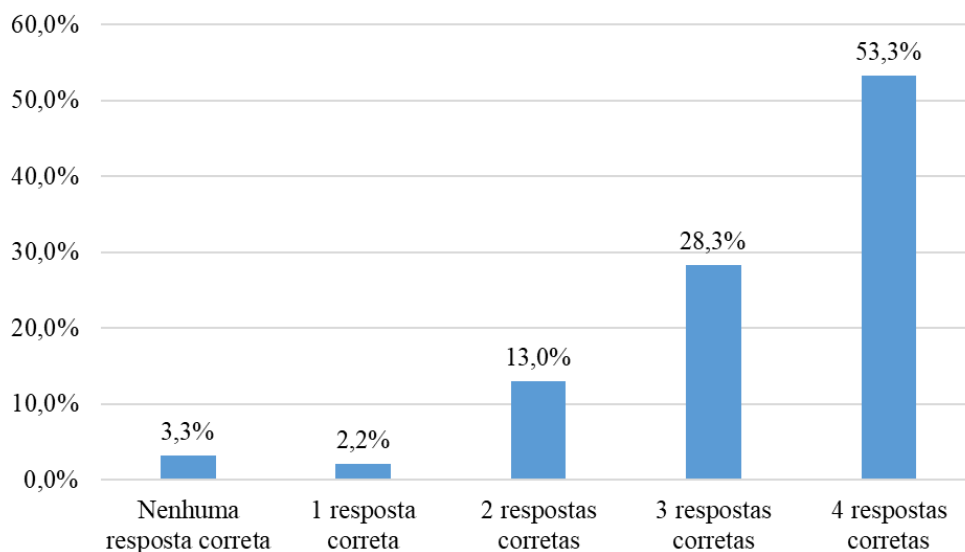


Figura 14 - Distribuição de acertos às questões

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

As medidas de tendência central evidenciadas na tabela 4 confirmam esta concentração nos níveis superiores. A mediana, que representa o valor central da distribuição, indica que pelo menos metade dos inquiridos obteve a pontuação máxima (4). De igual modo, a moda, correspondente ao valor mais frequente, demonstra que a pontuação mais comum foi igualmente a máxima possível (4).

A média de 3,26 respostas corretas revela que, em termos gerais, os inquiridos acertaram em mais de três das quatro questões avaliadas, o que confirma um domínio globalmente elevado dos conceitos testados. O desvio-padrão (0,99), que expressa a dispersão em torno da média, evidencia uma variabilidade reduzida entre os participantes, significando que os resultados individuais se encontram próximos uns dos outros e reforçando a ideia de uma distribuição homogénea dentro da amostra.

Para avaliar a distribuição da variável correspondente ao número de respostas corretas, foram aplicados os testes de normalidade de Kolmogorov-Smirnov ($D = 0,304$; $gl = 92$; $p\text{-value} < 0,001$) e Shapiro-Wilk ($W = 0,737$; $gl = 92$; $p\text{-value} < 0,001$). Em ambos os casos, os resultados revelaram valores de significância inferiores a 0,001, levando à rejeição da hipótese nula de normalidade da distribuição. Face a esta evidência, optou-se pela utilização de testes não paramétricos.

Considerando que a variável de interesse é composta por três categorias (baixa, média e alta), recorreu-se ao teste de Kruskal-Wallis, adequado para comparar grupos independentes. Os

resultados demonstraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, $H(2) = 50,207$, $p\text{-value} < 0,001$. A análise dos postos médios confirma uma progressão consistente, com valores mais baixos no grupo de literacia financeira reduzida ($M = 2,00$), intermédios no grupo médio ($M = 10,50$) e substancialmente mais elevados no grupo de literacia alta ($M = 55,00$). Estes resultados evidenciam uma associação positiva clara entre o número de respostas corretas e o nível de literacia financeira.

Tabela 4 - Estatísticas descritivas – nº de respostas corretas

Estatísticas	Valor	Interpretação
N (válido)	92	Total de respondentes considerados
Mínimo	0	Pontuação mais baixa observada (nenhum acerto)
Máximo	4	Pontuação máxima possível (todas corretas)
Média	3,26	Em média, os inquiridos acertaram em mais de 3 questões
Mediana	4	Pelo menos metade obteve a pontuação máxima
Moda	4	O valor mais frequente foi o desempenho máximo
Desvio-padrão	0,99	Baixa dispersão, resultados homogéneos

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

4.6. Comparação de variáveis

A análise da matriz de correlação de Spearman, apresentada na tabela 5, permitiu avaliar a relação entre a literacia financeira categorizada (baixo, médio e alto) e um conjunto de variáveis (género, faixa etária, habilitações literárias e formação específica em finanças).

Os resultados evidenciam, de forma geral, correlações de baixa intensidade, não atingindo significância estatística ao nível de 5%. O género apresenta uma associação positiva fraca, sugerindo que a distribuição da literacia financeira varia ligeiramente entre homens e mulheres, embora sem evidência estatística robusta.

A faixa etária não revela qualquer relação com a literacia financeira, demonstrando que a idade não constitui fator diferenciador no nível de desempenho financeiro dentro da amostra.

Relativamente às habilitações literárias, observa-se uma correlação positiva fraca, igualmente não significativa, o que indica que níveis mais elevados de escolaridade não se traduzem necessariamente em maiores níveis de literacia financeira.

Já a variável relativa à formação específica em finanças apresenta o coeficiente mais elevado, embora com significância marginal (10% de nível de significância). Este resultado sugere uma tendência positiva: indivíduos com formação direcionada para a área financeira tendem a apresentar níveis de literacia financeira mais elevados.

Tabela 5 - Matriz de correlação de Spearman

	Género	Faixa etária	Habilitações literárias	Formação específica	Literacia Financeira categorizada
Género	1,00	0,18*	-0,13*	-0,14*	0,16*
Faixa etária		1,00	-0,19	0,09*	0,00*
Habilitações literárias			1,00	0,05*	0,12*
Formação específica				1,00	0,19
Literacia Financeira categorizada					1,00

Nota: * nível de significância de 10%

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Para analisar a possível associação entre o género dos respondentes e os níveis de literacia financeira classificados em três categorias: baixo, médio e alto, foi realizado um teste do qui-quadrado de independência.

Os resultados (tabela 6) demonstraram que não existe associação estatisticamente significativa entre o género e os níveis de literacia, $\chi^2(2, N=92) = 2,58$, $p\text{-value} = 0,275$. O valor do V de Cramer (0,168) confirma uma associação fraca e não significativa. De forma prática, isto significa que, na amostra estudada, homens e mulheres apresentaram distribuições semelhantes entre os níveis de literacia financeira e que o género não parece constituir um fator diferenciador relevante na literacia financeira objetiva.

Esta evidência está em linha com os resultados de estudos nacionais (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023) e internacionais (OECD/INFE, 2023), que apontam a escolaridade e a formação como determinantes mais

consistentes da literacia financeira, relegando o género para um papel secundário ou não significativo.

Tabela 6 - Relação entre género e literacia financeira

	Qui-quadrado de Pearson	V de Cramer
Relação entre género e literacia financeira	0,275	0,168

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Com o intuito de analisar se o nível de literacia financeira difere em função da idade, foi realizada uma análise de variância através do teste ANOVA.

Os resultados descritivos mostram pequenas variações nas médias de acertos entre as diferentes faixas etárias. Observando a tabela 7 que resume os testes realizados, entende-se que o grupo dos 56 a 65 anos registou a média mais elevada (média = 3,53), seguido de perto pelo grupo 36 a 45 anos (média = 3,48) e pelo grupo 18 a 25 anos (média = 3,50, embora com apenas dois participantes, o que fragiliza a fiabilidade desta estimativa). Já os participantes com 26 a 35 anos (média= 2,89) e os com 66 anos ou mais (média = 2,75) apresentaram as médias mais baixas. Considerando o conjunto da amostra, a média global foi de 3,26 acertos, num máximo possível de 4.

O teste de homogeneidade de variâncias de Levene não foi significativo ($F = 1,855$; $p\text{-value} = 0,111$), confirmando a adequação da ANOVA. No entanto, os resultados da ANOVA indicaram que as diferenças observadas entre as faixas etárias não são estatisticamente significativas, $F(5, 86) = 1,272$; $p\text{-value} = 0,283$. Da mesma forma, os testes post hoc (Tukey e Bonferroni) não identificaram diferenças significativas entre pares de grupos etários.

Apesar da ausência de significância estatística, a análise descritiva sugere algumas tendências relevantes. Os indivíduos em idade laboral ativa, sobretudo entre os 36 e os 65 anos, tendem a apresentar níveis médios de literacia financeira ligeiramente mais elevados. Em contrapartida, os mais jovens (26–35 anos) e os mais idosos (66 ou mais) evidenciam resultados inferiores, o que poderá refletir, respetivamente, uma menor experiência prática em gestão financeira e uma eventual perda de contacto com práticas financeiras.

Por um lado, estudos nacionais, como os inquéritos conduzidos pelo Banco de Portugal (2011) e por Centeno et al. (2021) e Centeno et al. (2023), apontam para níveis mais elevados de literacia entre adultos em idade ativa, enquanto jovens adultos apresentam maiores

fragilidades, associadas à falta de experiência prática e menor contacto com decisões financeiras complexas.

Por outro lado, a evidência internacional, nomeadamente o trabalho de Lusardi e Mitchell (2011) confirma que os níveis de literacia tendem a decrescer nas faixas etárias mais avançadas, em virtude de fatores como o afastamento progressivo da gestão financeira quotidiana.

Tabela 7 - Resultados da ANOVA: Número de respostas corretas por faixa etária

	Teste de homogeneidade (Levene)	ANOVA (one-way)
Relação o índice de literacia financeira e a faixa etária	p-value = 0,111	p-value = 0,283

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

O boxplot apresentado seguidamente na figura 15 ilustra os resultados obtidos pela ANOVA, evidenciando pequenas variações na distribuição do número de acertos entre os grupos etários. Observa-se que as medianas da maioria dos grupos se situam entre três e quatro respostas corretas, refletindo níveis relativamente elevados de literacia objetiva. Os grupos dos 56 a 65 anos e dos 36 a 45 anos apresentam distribuições concentradas em valores mais altos, enquanto os participantes com 26 a 35 anos e os com 66 anos ou mais exibem maior dispersão e medianas mais baixas. Foi ainda identificado um outlier no grupo dos 46 a 55 anos, correspondente a um participante com pontuação significativamente inferior ao restante grupo.

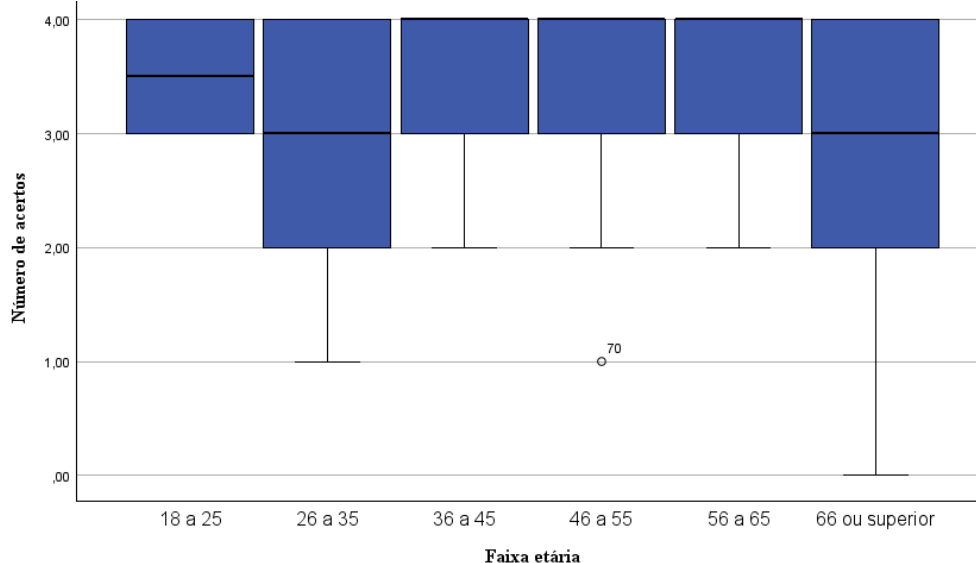


Figura 15 - Distribuição das respostas corretas por faixa etária (boxplot)

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A análise da relação entre o nível de habilitações e literacia financeira de forma categorizada revelou diferenças estatisticamente significativas. O teste do qui-quadrado de Pearson mostrou que a distribuição dos níveis de literacia não é independente da escolaridade, $\chi^2(12, N = 92) = 38,694$; $p\text{-value} < 0,001$. Este resultado indica que existe uma associação entre estas variáveis, ou seja, a escolaridade influencia a probabilidade de se atingir um nível mais elevado de literacia financeira. As medidas de associação reforçam a relevância desta relação, com um coeficiente Phi de 0,649 ($p\text{-value} < 0,001$) e uma V de Cramer de 0,459 ($p\text{-value} < 0,001$), apontando para uma associação de intensidade moderada.

Para além do qui-quadrado de Pearson, o SPSS disponibiliza a estatística da razão de verossimilhança. No presente estudo, este teste não foi significativo ($p\text{-value} = 0,283$), sendo que esta discrepância face ao qui-quadrado de Pearson poderá dever-se ao facto de a tabela cruzada apresentar algumas células com contagens baixas, o que torna os testes mais sensíveis a distribuições assimétricas dos dados.

O teste de associação linear por linear revelou-se significativo ($\chi^2 = 5,899$; $p\text{-value} = 0,015$), indicando a presença de uma relação sistemática entre escolaridade e literacia financeira. Este resultado sugere que, à medida que aumenta o nível de escolaridade, aumenta também a probabilidade de os indivíduos se situarem em níveis médios e altos de literacia financeira.

Apesar destes resultados na tabela 8, deve-se notar que algumas das células apresentaram contagens esperadas inferiores a cinco, o que fragiliza a robustez da análise. Ainda assim, a consistência dos resultados, tanto no qui-quadrado como nas medidas de associação, permite concluir que a escolaridade é um fator diferenciador relevante da literacia financeira.

Este resultado confirma o que tem sido apontado em estudos anteriores, nacionais e internacionais (Banco de Portugal, 2011; Costa et al., 2015; Centeno et al., 2021; Centeno et al., 2023), que identificam a escolaridade como uma das variáveis mais determinantes para níveis mais elevados de literacia financeira.

Tabela 8 - Resultados do teste do qui-quadrado entre habilitações e literacia financeira

Indicador	Razão de verossimilhança	Associação linear por linear	Coefficiente Phi	V de Cramer
Relação entre habilitações e literacia financeira	p-value = 0,283	p-value = 0,015	p-value = 0,649	p-value = 0,459

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

Para analisar a relação entre a frequência de formação específica em finanças e os níveis de literacia financeira, foi necessário recodificar a variável da frequência de formação, inicialmente registada em formato de resposta aberta, para uma variável binária (0 = não frequentou; 1 = frequentou). Esta transformação possibilitou a realização de análises estatísticas adequadas, cruzando a frequência de formação (sim/não) com os três níveis de literacia financeira categorizada (baixo, médio e alto).

O teste do qui-quadrado de Pearson foi utilizado para avaliar se a distribuição dos níveis de literacia é independente da frequência de formação. O resultado evidenciado na tabela 9 não foi estatisticamente significativo, $\chi^2(2, N = 92) = 3,430$; p-value = 0,180, o que indica que, com base nesta amostra, não é possível concluir que a formação específica esteja associada ao nível de literacia financeira. De forma complementar, a razão de verossimilhança, um teste alternativo ao qui-quadrado, conduziu à mesma conclusão, reforçando a ausência de associação estatística.

O teste de associação linear por linear, particularmente adequado quando as variáveis apresentam categorias com ordem natural (como no caso da literacia financeira: baixo < médio < alto), tem como objetivo verificar se existe uma tendência linear consistente entre as variáveis em estudo. Enquanto o teste do qui-quadrado de Pearson avalia a associação global sem considerar a ordem das categorias, o teste linear por linear procura identificar se a distribuição das frequências segue um padrão progressivo.

No presente estudo, o resultado obtido ($\chi^2(1) = 3,089$; p-value = 0,079), embora não atinja o limiar convencional de significância estatística de 5%, encontra-se abaixo do nível de 10%, podendo assim ser interpretado como marginalmente significativo. Este resultado sugere a existência de uma tendência sistemática, indicando que a frequência de formação específica

pode estar associada a uma maior probabilidade de os indivíduos se situarem em níveis médios ou elevados de literacia financeira.

Tabela 9 - Associação entre formação específica e níveis de literacia financeira

	Qui-quadrado de Pearson	Razão de verossimilhança	Associação linear por linear
Associação entre formação específica e os níveis de Literacia financeira	p-value = 0,180	p-value = 0,180	p-value = 0,079

Fonte - Elaboração própria com base nos dados do SPSS

A análise permitiu identificar que as habilitações académicas são o principal fator diferenciador da literacia financeira, confirmando evidência nacional e internacional de que a escolaridade é determinante para um melhor domínio de conceitos financeiros (Banco de Portugal, 2011; OECD/INFE, 2023). A formação específica em finanças revelou também uma tendência positiva, ainda que menos robusta, sugerindo impacto relevante no reforço das competências (Lusardi & Mitchell, 2011).

Em contraste, género e idade não apresentaram associações estatisticamente significativas, homens e mulheres mostraram desempenhos semelhantes, e a idade apenas indicou, de forma descritiva, melhores resultados em indivíduos em idade laboral ativa.

5. Conclusão

A literacia financeira é hoje amplamente reconhecida como um fator determinante para a resiliência e competitividade das organizações. Nas micro, pequenas e médias empresas, que representam a esmagadora maioria do tecido empresarial português, a capacidade dos gestores e empresários em compreender conceitos financeiros, aplicar práticas adequadas e tomar decisões fundamentadas, assume particular importância, sobretudo em contextos de volatilidade e incerteza económica. Foi neste enquadramento que se desenvolveu o presente estudo onde o objetivo central de avaliar o nível de literacia financeira de gestores e empresários de micro e PME do distrito de Leiria, identificando não apenas o conhecimento financeiro explícito, mas também a sua tradução em práticas de planeamento, de gestão de tesouraria e de utilização de produtos financeiros. Para o efeito, foi elaborado e aplicado um questionário estruturado, que permitiu recolher um total de 103 respostas, das quais 92 foram consideradas válidas para análise.

A amostra é constituída maioritariamente por gestores e empresários de meia-idade, com formação superior, pertencentes a empresas de pequena dimensão, predominando o setor dos serviços, ainda que também estejam representadas áreas como a indústria transformadora, a construção e o alojamento e restauração. Este perfil é representativo da estrutura empresarial do distrito de Leiria e, em grande medida, do próprio tecido económico português.

No domínio da inclusão financeira, verificou-se uma prática sistemática de acompanhamento das contas bancárias, o que é essencial para a estabilidade operacional. Todavia, a utilização de instrumentos financeiros evidencia um perfil conservador. Depósitos a prazo, seguros e crédito bancário surgem como principais opções, ao passo que mecanismos alternativos e mais sofisticados praticamente não são utilizados. Esta realidade traduz uma postura de aversão ao risco e uma limitação no acesso a formas diversificadas de financiamento, o que pode restringir o potencial de inovação e crescimento empresarial. Acresce que a procura de aconselhamento financeiro recai, sobretudo, sobre contabilistas e redes informais de confiança relegando a consultoria especializada e institucional para um plano secundário. Este padrão reforça a perceção de que as empresas privilegiam soluções imediatistas e de carácter fiscal, em detrimento de abordagens estratégicas e de longo prazo.

Quanto à utilização de instrumentos financeiros para gerir excedentes de tesouraria, destaca-se novamente um perfil conservador, o que reforça a ideia de que os gestores e empresários dão prioridade à liquidez e à segurança, em detrimento de rendibilidade e diversificação.

Relativamente ao planeamento e à gestão de tesouraria, os dados evidenciam um cenário onde a maioria dos gestores mantém registos fidedignos e recorrem a ferramentas digitais para controlar informação financeira, o que demonstra esforço em consolidar práticas modernas de gestão. Muitos realizam comparações de custos de financiamento e previsões de rendibilidade, ajustando decisões em função de mudanças no contexto económico, o que indica uma postura adaptativa e de planeamento consciente. Ainda assim, uma proporção relevante delega inteiramente estas responsabilidades em contabilistas externos, prática que, embora assegure rigor técnico, pode comprometer a autonomia e a rapidez na tomada de decisão onde a procura de apoio centra-se sobretudo em matérias de contabilidade e impostos, enquanto temas de carácter mais estratégico, como acesso a financiamento ou gestão de risco, surgem em segundo plano. Outro ponto a destacar é a ainda limitada integração da sustentabilidade no planeamento financeiro onde apenas parte dos inquiridos refere considerar impactos ambientais e sociais nas suas decisões de investimento, o que demonstra que, embora presente no discurso empresarial, esta dimensão não é central nas práticas quotidianas.

No que respeita à literacia financeira objetiva, os resultados foram expressivos: 81,5% da amostra atingiu nível elevado, revelando domínio robusto de conceitos essenciais. No entanto, esta competência não é homogénea. Embora os gestores possuam uma boa base conceptual, enfrentam dificuldades em áreas técnicas cruciais para decisões de investimento, avaliação de desempenho e planeamento estratégico de médio e longo prazo.

A análise comparativa entre subgrupos da amostra permitiu aprofundar estas conclusões. O género não se revelou diferenciador: homens e mulheres apresentaram distribuições semelhantes entre os níveis de literacia. Também a idade não apresentou diferenças estatisticamente significativas, ainda que se observem tendências: níveis ligeiramente mais elevados entre os 36 e 65 anos e mais baixos entre jovens adultos entre os 26 e os 35 anos e em indivíduos com 66 anos ou mais. Em contraste, os resultados detalhados confirmam que a literacia financeira é influenciada, sobretudo, pelo nível de habilitação, e apenas marginalmente pela formação específica em finanças.

Os resultados oferecem implicações práticas relevantes. Desde logo, confirmam a necessidade de reforçar a formação em literacia financeira para gestores e empresários, com particular enfoque no cálculo e compreensão de conceitos financeiros aplicados (juros compostos, análise de custos de financiamento); leitura e interpretação das demonstrações financeiras; exploração de instrumentos financeiros alternativos, para além do crédito bancário e dos seguros; integração de práticas de sustentabilidade nas decisões de planeamento e investimento. Acresce ainda a oportunidade de articular estas iniciativas com políticas públicas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, de modo que a literacia financeira seja encarada não apenas como uma competência individual, mas como uma alavanca estratégica para a competitividade regional e nacional.

Este estudo traz contributos significativos a diferentes níveis. Em primeiro lugar, oferece evidência empírica atualizada sobre a literacia financeira de gestores e empresários de micro, pequenas e médias empresas (PME), um segmento que, apesar da sua importância no tecido empresarial português, permanece pouco estudado. Ao integrar dimensões como inclusão financeira, práticas de planeamento, gestão de tesouraria, utilização de instrumentos financeiros e avaliação objetiva de conhecimentos, o trabalho fornece uma visão abrangente e multifacetada da realidade empresarial no distrito de Leiria.

Entre os principais contributos práticos destaca-se que as habilitações académicas constituem um dos fatores mais determinantes para alcançar níveis elevados de literacia financeira, reforçando o papel central da educação na capacitação dos gestores. Este resultado é importante para entidades formadoras, associações empresariais e decisores de políticas públicas, reforçando a literacia financeira como eixo estratégico de competitividade e resiliência económica. Para os gestores, o estudo, ao evidenciar que são mantidas práticas financeiras conservadoras, privilegiando liquidez e segurança, sugerem que essas práticas podem comprometer a diversificação do negócio e a rentabilidade das empresas. Adicionalmente, o recurso frequente a contabilistas e redes informais de apoio sublinha a oportunidade de reforçar a autonomia financeira dos gestores. Por fim, os resultados indicam que é fundamental mais conhecimentos cruciais em literacia financeira para apoiar decisões estratégicas da empresa.

O objetivo do presente estudo foi cumprido. Contudo, este trabalho não é isento de limitações. Uma primeira limitação resulta do facto de a amostra ser não probabilística e circunscrita ao distrito de Leiria, o que não permite generalizar os resultados para o universo

nacional. Para futuros trabalhos, sugere-se a realização de estudos com uma amostra mais ampla e representativa, abrangendo diferentes regiões do país, de forma a identificar eventuais disparidades regionais. A própria composição da amostra, com forte predominância de micro e pequenas empresas, embora espelhe a realidade do tecido empresarial nacional, não permite explorar em profundidade diferenças entre empresas de maior dimensão ou com acesso mais frequente a instrumentos financeiros diversificados. A natureza transversal dos dados é outra limitação, que não possibilita avaliar a evolução da literacia financeira ao longo do tempo. Para colmatar esta limitação, recomenda-se a replicação do estudo em anos posteriores, de modo a permitir uma análise longitudinal e a identificação de tendências.

A dificuldade em obter um número elevado de respostas válidas deve-se, em parte, à extensão do questionário e ao tempo necessário para o seu preenchimento, o que poderá ter levado a algum desinteresse ou abandono por parte de potenciais participantes. Em segundo lugar, a opção por privilegiar a recolha online pode ter introduzido um viés de seleção, ao excluir, ainda que involuntariamente, gestores e empresários menos familiarizados com ferramentas digitais ou com menor acesso a plataformas online. Esta limitação é relevante, uma vez que precisamente esses perfis poderiam apresentar níveis de literacia financeira diferentes dos captados pela amostra, condicionando assim a representatividade dos resultados. No entanto, algumas limitações devem ser consideradas. A natureza transversal do estudo impede também a avaliação da evolução da literacia ao longo do tempo. Acresce a recolha online, que pode ter introduzido viés de seleção, e a extensão do questionário, que poderá ter contribuído para a perda de potenciais respondentes. Estas limitações não invalidam a relevância dos resultados, mas sugerem a necessidade de estudos futuros com amostras mais amplas, representativas e longitudinais, capazes de captar dinâmicas temporais e regionais da literacia financeira.

Em última análise, investir na literacia financeira de gestores e empresários de micro, pequenas e médias empresas, deve ser entendido não apenas como uma necessidade individual, mas como uma prioridade estratégica para reforçar a resiliência, a sustentabilidade e a competitividade do tecido empresarial português no contexto de uma economia cada vez mais exigente e globalizada.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M., & Mendes, V. (2010). Financial literacy and portfolio diversification. *Quantitative Finance*, 10(5), 515–528. <https://doi.org/10.1080/14697680902878105>
- Almeida, L., Chanoca, J., & Tavares, F. (2024). Financial Literacy: A Case Study for Portugal. *Journal of Risk and Financial Management*, 17(5). <https://doi.org/10.3390/jrfm17050215>
- Banco de Portugal. (2011). *Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2010*. www.bportugal.pt
- Brown, T. J., Dacin, P. A., Pratt, M. G., & Whetten, D. A. (2006). Identity, intended image, construed image, and reputation: An interdisciplinary framework and suggested terminology. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 34(2), 99–106. <https://doi.org/10.1177/0092070305284969>
- Centeno, M., Pinto, R., Aguiar, M. C., & Sousa, L. L. (2023). *Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2023*.
- Centeno, M., Serra, A. P., Aguiar, M. C., & Dias, G. F. (2021). *Relatório do 3.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2020*.
- Centeno, M., Serra, A. P., Aguiar, M. C., & Pinto, R. (2021). *Inquérito à literacia financeira das micro e pequenas empresas portuguesas 2021 - Questionário*.
- Chen, H., & Volpe, R. P. (1998). An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. *Financial Services Review*, 7(2), 107–128. [https://doi.org/10.1016/s1057-0810\(99\)80006-7](https://doi.org/10.1016/s1057-0810(99)80006-7)
- Costa, C. da S., Ferreira, E., Almaça, J. F., & Tavares, C. (2015). *Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2015*.
- Dahmen, P., & Rodríguez, E. (2014). Financial Literacy and the Success of Small Businesses: An Observation from a Small Business Development Center. *Numeracy*, 7(1). <https://doi.org/10.5038/1936-4660.7.1.3>

- Dharmawan Buchdadi, A., Sholeha, A., Ahmad Nazir, G., & Mukson. (2020). The Influence of Financial Literacy on Smes Performance Through Access to Finance And Financial Risk Attitude as Mediation Variables. Em *Academy of Accounting and Financial Studies Journal* (Vol. 24, Número 5).
- Domingos, A. J. C. de F. (2017). *O impacto da literacia financeira dos gestores das microempresas portuguesas na utilização da contabilidade para as suas decisões de gestão: um estudo empírico*. <https://hdl.handle.net/10316/82586>
- Fernandes, T. I. M. (2015). *Financial Literacy Levels of Small Businesses Owners and it Correlation with Firms' Operating Performance*. <https://hdl.handle.net/10216/81668>
- Filippini, M., Leippold, M., & Wekhof, T. (2024). Sustainable finance literacy and the determinants of sustainable investing. *Journal of Banking and Finance*, 163. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2024.107167>
- Fox, J., Bartholomae, S., & Lee, J. (2005). Building the Case for Financial Education. *Building the Case for Financial Education. The Journal of Consumer Affairs*, 39(1), 195–214.
- Gouws, D. G., & Shuttleworth, C. C. (2009). Financial literacy: an interface between financial information and decision-makers in organisations. Em *Southern African Business Review: Vol. 13(2)*. <http://hdl.handle.net/2263/11757>
- Graña-Alvarez, R., Lopez-Valeiras, E., Gonzalez-Loureiro, M., & Coronado, F. (2024). Financial literacy in SMEs: A systematic literature review and a framework for further inquiry. *Journal of Small Business Management*, 62(1), 331–380. <https://doi.org/10.1080/00472778.2022.2051176>
- Grohmann, A., Klühs, T., & Menkhoff, L. (2018). Does financial literacy improve financial inclusion? Cross country evidence. *World Development*, 111, 84–96. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.06.020>
- Guedes De Oliveira, F. (2023, Outubro). A importância da literacia financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva. *Banco de Portugal, Publicação Trimestral, nº 4*. <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal/all/1714.pt>

- Hart, S. L., Milstein, M. B., & Caggiano, J. (2003). Creating sustainable value. Em *Academy of Management Executive* (Vol. 17, Número 2, pp. 56–69). Academy of Management. <https://doi.org/10.5465/ame.2003.10025194>
- Huston, S. J. (2009). Measuring Financial Literacy. *SSRN Electronic Journal*, 44(2), 296–316. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1945216>
- INE. (2025). *As Micro, Pequenas e Médias Empresas representaram 99,9% das empresas não financeiras em Portugal.*
- Jappelli, T. (2010). Financial Literacy: An International Comparison. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.1716784>
- Khyareh, M. M., & Zivari, A. (2023). Entrepreneurship Development. Is Financial Literacy Matter? A Literature Review. *Janus.net*, 14(2), 245–264. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.2.11>
- Kirsch, I. S. (2001). The International Adult Literacy Survey (IALS): Understanding What Was Measured. *ETS Research Report Series*, 2001(2), i–61. <https://doi.org/10.1002/j.2333-8504.2001.tb01867.x>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. (2011). Financial Literacy around the World: An Overview. Em *Journal of Pension Economics and Finance* (Vol. 10, Número 4, pp. 497–508). <https://doi.org/10.3386/w17107>
- Margarida, F., Couto, G., Por, O., Cláudia, P., Gonçalves Correia, A., Professora, R., Catarina, M., & Roseira, A. (2013). *Literacia Financeira e Empreendedorismo em Portugal por Dissertação do Master in Finance.*
- Nicolini, G., Cude, B. J., & Chatterjee, S. (2013). Financial literacy: A comparative study across four countries. *International Journal of Consumer Studies*, 37(6), 689–705. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12050>
- OECD/INFE. (2023). *International Survey of Adult Financial Literacy* (OECD Business and Finance Policy Papers, Vol. 39). <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>
- Oliveira Santos Rodrigues de Almeida, M. (2019). *Literacia Financeira e Empreendedorismo: Análise dos Empreendedores Portugueses.*

- Orton, L. (2007). *Financial Literacy: Lessons from International Experience*.
- Oseifuah, E. K. (2010). Financial literacy and youth entrepreneurship in South Africa. *African Journal of Economic and Management Studies*, 1(2), 164–182. <https://doi.org/10.1108/20400701011073473>
- Remund, D. L. (2010). Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 276–295. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>
- Schwert, G. W. (2011). Stock Volatility during the Recent Financial Crisis. *European Financial Management*, 17(5), 789–805. <https://doi.org/10.1111/j.1468-036X.2011.00620.x>
- Shim, S., Xiao, J. J., Barber, B. L., & Lyons, A. C. (2009). Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(6), 708–723. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2009.02.003>
- Silva, A. R. A. (2019). *A literacia financeira dos gestores/empresários como um dos determinantes da estrutura de capitais na indústria têxtil e no setor da hotelaria e na restauração do norte de Portugal*. <http://hdl.handle.net/10198/20513>
- Van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011). Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, 101(2), 449–472. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2011.03.006>
- Xu, L., & Zia, B. (2012). *Financial Literacy around the World: An Overview of the Evidence with Practical Suggestions for the Way Forward*. World Bank Policy Research Working Paper, (6107). <https://doi.org/10.1596/1813-9450-6107>

Anexos

Anexo A – Inquérito por questionário

Literacia Financeira de Gestores e Empresários

Eu, Alexandre Santos Gonçalves, estudante do mestrado em Controlo de Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, no âmbito da minha dissertação, estou a realizar um questionário sobre Literacia Financeira dos Gestores e Empresários e gostaria de pedir a vossa colaboração para o respetivo preenchimento.

Informo que a participação no estudo é voluntária e anónima e os dados recolhidos são confidenciais e serão utilizados única e exclusivamente no âmbito do estudo, não havendo qualquer registo identificativo do participante individual. Fico ao dispor para qualquer esclarecimento relativo à investigação realizada, para o email 2230414@my.ipleiria.pt

O preenchimento tem a duração aproximada de 8 minutos.

A sua participação é fundamental para a concretização do estudo, motivo pelo qual agradeço desde já a sua disponibilidade e participação.

Antes de iniciar o preenchimento do questionário é necessário confirmar que aceita participar no estudo e que cumpre os critérios de inclusão definidos para a investigação.

Assim, ao selecionar a opção de consentimento abaixo, declara que:

- Tem 18 anos ou mais;
- É proprietário(a) da empresa ou exerce funções de gestão
- Trabalha numa empresa com fins lucrativos;
- Compreende que a sua participação é voluntária e anónima, e que os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial, utilizados exclusivamente para fins académicos no âmbito de uma dissertação de mestrado.

Ao assinalar “Sim”, consente participar neste estudo e declara reunir todas as condições acima referidas.

- Sim, aceito participar no estudo e confirmo as condições acima descritas.
- Não aceito participar / Não reúno as condições.

Consentimento:

Toma parte nas decisões financeiras desta empresa? Notas: as “decisões financeiras” da empresa podem incluir desde decisões relativas à contração de um empréstimo para a empresa, à procura de fontes de financiamento, ao pagamento de impostos, a decisões sobre como resolver problemas de tesouraria, etc.

- Sim
- Não

Parte 1: Caracterização

1. Identifique o seu género:
 - Masculino
 - Feminino
 - Prefiro não responder
2. Identifique a sua faixa etária:
 - 18 a 25
 - 26 a 35
 - 36 a 45
 - 46 a 55
 - 56 a 65
 - 66 ou superior
3. Quais as suas habilitações literárias?
 - Ensino Básico
 - Ensino Secundário
 - Licenciatura
 - Mestrado
 - Doutoramento
 - Outro: _____
4. Teve formação sobre questões respeitantes a empresas, economia ou finanças no âmbito do ensino secundário ou superior que frequentou?
 - Sim
 - Não
 - Não sabe
 - Não quer responder

5. Já alguma vez recebeu formação sobre como gerir as finanças da empresa? Nota: pode tratar-se de um curso específico ou de outra atividade sobre gestão de finanças empresariais ou de uma formação mais alargada sobre técnicas empresariais ou empreendedorismo.
- Sim
 - Não
 - Não sabe
 - Não quer responder
6. Em que setor de atividade se insere a empresa?
- Agricultura, silvicultura e pescas
 - Indústria extrativa e transformadora
 - Energia e saneamento
 - Construção e atividades imobiliárias
 - Comércio por grosso e transportes
 - Alojamento, restauração e similares
 - Comunicação
 - Outros Serviços
7. Qual foi o volume de negócios da sua empresa, em 2024?
- Até 50.000€
 - Entre 50.001€ e 100.000€
 - Entre 100.001€ e 250.000€
 - Entre 250.001€ e 500.000€
 - Entre 500.001€ e 1.000.000€
 - Superior a 1.000.000€
8. Em que intervalo se inclui o número de pessoas a trabalhar a tempo inteiro nesta empresa em 2024 (incluindo o inquirido)?
- 1 pessoa (trabalhador por conta própria)
 - De 2 a 4 pessoas
 - De 5 a 9
 - De 10 a 19
 - De 20 a 49
 - De 50 a 250
 - Mais de 250
 - Não sabe
9. Em que ano a empresa iniciou a sua atividade? (escreva, por favor, 4 dígitos. Se não souber o ano exato da fundação, indique, por favor um ano aproximado)
- Ano de início de atividade da empresa: _____
10. Há quanto tempo é proprietário de uma empresa, incluindo empresas anteriores das quais tenha sido proprietário
- Menos de um ano

- Entre 1 e 2 anos
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não sabe
- Não quer responder

Parte 2: Inclusão financeira e gestão de contas bancárias

11. Com que frequência controla os movimentos e saldo da principal conta bancária da empresa

- Diariamente
- Mais do que uma vez por semana
- Mais do que uma vez por mês
- Menos do que uma vez por mês
- Não controlo

12. Dos seguintes produtos ou serviços financeiros para empresas assinale aqueles de que já ouviu falar: Nota: Assinale tudo o que for aplicável. Só assinale nenhum se de facto não tiver ouvido falar de nenhum dos produtos apresentados.

13. E usa estes produtos para a sua empresa, ou já usou nos últimos 24 meses (ou desde a criação da empresa, caso a mesma exista há menos de 24 meses)? Nota: Assinale tudo o que for aplicável. Só assinale nenhum se de facto não usa ou não tiver usado nenhum dos produtos apresentados

	Ouvi falar (12)	Usado na empresa (13)
Crédito Comercial		
Empréstimo Bancário		
Facilidade de descoberto ou conta corrente caucionada		
Cartão de crédito		
Leasing ou aluguer de longa duração		
Letras ou livranças		
Factoring – Desconto de faturas		
Linhas de crédito protocoladas com o Estado		
Obrigações ou papel comercial		
Capital de risco / Business angels		

Financiamento no mercado de capitais		
Derivados (por exemplo, opções, futuros, swaps e outros)		
Seguro multirriscos (inclui cobertura de incêndio e coberturas facultativas de proteção das instalações da empresa e respetivo recheio)		
Seguro de responsabilidade civil		
Seguro de interrupção da atividade (ou seguro de perdas de exploração ou seguro de lucros cessantes)		
Seguro de vida para o proprietário		
Nenhum		

14. Qual das seguintes afirmações descreve melhor a forma como efetuou a escolha mais recente de um produto ou serviço financeiro para a sua empresa (p. ex., conta à ordem, empréstimo, seguro, etc.)?

- Considerei várias opções de instituições diferentes antes de tomar a minha decisão
- Considerei as várias opções de uma instituição
- Não considerei quaisquer outras opções
- Procurei, mas não encontrei outras opções a considerar
- Não quer responder

Parte 3: Planeamento financeiro e gestão da tesouraria

15. Nos últimos 24 meses (ou desde a criação da empresa, caso a empresa exista à menos de 24 meses) alguma destas pessoas o ajudou a tomar decisões financeiras para a empresa?

	Sim	Não	Não quer responder
Parceiro de negócio			
Contabilista externo à empresa			

Consultor financeiro externo à empresa			
Intermediário financeiro (ex. banco)			
Organismo ou instituição pública			
Família ou amigos			

16. Nos últimos 24 meses [ou desde a criação da empresa, caso a empresa exista há menos de 24 meses] pediu ajuda a alguém sobre algumas das seguintes questões?

	Sim	Não	Não quer responder
Gestão de tesouraria e/ou das necessidades de liquidez			
Acesso a financiamento externo			
Avaliação do desempenho financeiro da empresa			
Impostos			
Contabilidade			
Avaliação da exposição da empresa a qualquer tipo de risco			

17. Como controla os registos financeiros da empresa? Nota: Assinale apenas uma opção (a mais utilizada/principal).

- Formato eletrónico (por ex., MS Excel ou software específico)
- Papel (por ex. tomando notas num livro de registos; guardando recibos e faturas)
- Memorizo os registos financeiros
- Outra pessoa trata do assunto por mim (p. ex. contabilista)
- Por outro meio
- Normalmente não controlo
- Não sabe
- Não quer responder

18. Relativamente aos produtos financeiros apontados a seguir, indique os que utiliza para gerir o excedente temporário de tesouraria, indicando a sua frequência usando a escala 1 - sempre; 2 - muitas vezes; 3 - às vezes; 4 - raramente; 5 - nunca (caso desconheça o produto, assinale na coluna NS).

	1	2	3	4	5	NS
Depósitos bancários a prazo						
Ações						
Obrigações						
<i>Hot Money (dinheiro que circula rapidamente entre países ou mercados em busca de lucro rápido, aproveitando diferenças de juros ou câmbio)</i>						
Outros						

19. Pensando na sua empresa, concorda ou discorda das seguintes afirmações? Por favor, use uma escala de 1 a 4, sendo que: 1 discorda totalmente que a afirmação o descreve, 2 discorda, 3 concorda e 4 concorda totalmente.

	1	2	3	4	Não quer responder
Mantenho dados e informação fidedigna sobre a empresa					
Comparo o custo de diferentes fontes de financiamento para a empresa					
Faço regularmente previsões da rendibilidade esperada da empresa					
Ajusto o meu planeamento em função de alterações no contexto económico					
Quando faço um investimento na empresa, tenho em conta o seu impacto ambiental					

Quando faço um investimento na empresa, tenho em conta o seu impacto social					
Envolver os meus fornecedores na implementação de ações com reduzido impacto ambiental					

Parte 4: Compreensão financeira

20. Pressuponha que tem algum dinheiro guardado. É mais seguro:

- Alocar este dinheiro a um único investimento
- Alocar dinheiro em múltiplos investimentos
- Não sei

21. Suponha que tem uma conta poupança com uma taxa de juro de 1% por ano e que a taxa de inflação anual prevista é de 2%. Ao fim de um ano, quanto será capaz de comprar:

- Menos do que consegue comprar hoje
- O mesmo que consegue comprar hoje
- Mais do que consegue comprar hoje
- Não sei

22. Suponha que deposita 100€ numa conta poupança onde os juros são capitalizados anualmente a uma taxa de 10% ao ano (regime de juros compostos). Se não levantar nenhum dinheiro durante 5 anos, qual será o valor acumulado na conta ao final desse período?

- Mais de 150€
- Exatamente 150€
- Menos de 150€
- Não sei

23. Na sua opinião, qual das seguintes demonstrações financeiras mostra de forma mais precisa se uma empresa teve um bom desempenho ao longo de um determinado período?

- Demonstração de Fluxo de Caixa
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Alterações no Capital Próprio
- Não sei

Obrigado pela sua participação!

A sua resposta foi submetida com sucesso.

Agradeço a sua colaboração neste estudo sobre literacia financeira em PME. As suas respostas serão tratadas com total confidencialidade e utilizadas apenas para fins académicos no âmbito de uma dissertação de mestrado.

Muito obrigado!

Alexandre Santos Gonçalves